

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

GEAN WESLEY DA SILVA

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
NA REDE TUCUM – CE, A PARTIR DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
PARA O TURISMO.**

CARUARU

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO

GEAN WESLEY DA SILVA

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
NA REDE TUCUM – CE, A PARTIR DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
PARA O TURISMO.**

Trabalho apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em
Administração, da Universidade Federal de Pernambuco, Centro
Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para aprovação na
disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Professor Dr. Francisco Carlos Lopes da Silva

CARUARU

2015

Catálogo na fonte:
Bibliotecária - Simone Xavier CRB/4-1242

S586t Silva, Gean Wesley.
Turismo e sustentabilidade: análise da gestão socioambiental na rede Tucum – CE, a partir de indicadores de sustentabilidades para o turismo. / Gean Wesley da Silva. - Caruaru: O Autor, 2015.
78f. il. ; 30 cm.

Orientador: Francisco Carlos Lopes da Silva.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2015.
Inclui referências bibliográficas

1. Turismo. 2. Sustentabilidade. 3. Planejamento. 4. Responsabilidade social na empresa. 5. Rede Tucum. I. Silva, Francisco Carlos Lopes da. (Orientador). II. Título

658 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2015-247)

GEAN WESLEY DA SILVA

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
NA REDE TUCUM – CE, A PARTIR DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
PARA O TURISMO.**

Este trabalho foi julgado adequado e aprovado para a obtenção do título de graduação em
Administração da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste

Caruaru, 21 de dezembro de 2015,

Prof. Dr. Cláudio José Montenegro de Albuquerque
Coordenador do Curso de Administração

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco Carlos Lopes da Silva
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Orientador

Prof^a Dr^a Silvana Medeiros Costa
Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste
Avaliadora

Dr^a Juliana Escarião Costa
Universidade Federal da Paraíba
Avaliadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Sueli da Silva, por toda força e garra para sozinha criar três filhos e mesmo assim sempre tentou nos dar o melhor, nos ensinar princípios e valores para viver com dignidade, fé, coragem e respeito. Por sempre me apoiar, torcer e contribuir para meu sucesso. Agradecerei por toda minha vida. Te amo!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a papai do céu que me concedeu o dom da VIDA e colocou diversos anjos ao meu lado me protegendo e ajudando nessa longa jornada.

In memoriam, ao meu avô materno Hermenegildo José da Silva, que foi como um pai para mim. Lembro-me que eu confiava muito nele e que eu era o único neto do qual podia contar para tudo, pois eu estava sempre disposto a ajudá-lo. E com ele eu podia contar sempre, pois existia reciprocidade.

A minha avó materna, Josefa Rosa da Silva, que também foi uma pessoa de extrema importância na minha formação, me dando apoio e me ajudando nos momentos que mais precisei.

A minhas irmãs, Simony Suellen da Silva, Suelayne Suzan da Silva por estarem sempre ao meu lado me dando apoio e por confiar tanto em mim.

Agradeço aos meus amigos que sempre torceram por mim e me apoiaram no decorrer da minha graduação.

Ao professor orientador, Prof^o Dr^o Francisco Carlos Lopes da Silva, que confiou na minha capacidade, e fazia questão de enaltecê-la nos momentos que eu fraquejava. Agradeço pela paciência durante todo o tempo que participei do projeto de pesquisa e principalmente pela disposição e disponibilidade em me orientar nesta reta final. Obrigado por todos os ensinamentos.

Aos gestores da rede TUCUM, pela disponibilização de tempo e fornecimento dos dados para a realização desta pesquisa.

Agradeço a todos que contribuíram de forma direta e indireta para a realização deste sonho.

MUITO OBRIGADO!

Gean Wesley da Silva

“Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome”.

Mahatma Gandhi

RESUMO

O modelo de desenvolvimento econômico posto desde a revolução industrial causou vários danos ao meio ambiente, pois utilizava os recursos naturais de forma desordenada e predatória. Da mesma forma, o turismo como atividade econômica, também se utilizou dos recursos naturais de forma insustentável. Considerado por apresentar extrema relação com o meio ambiente, se tem a paisagem natural e a biodiversidade como grandes impulsionadores do seu desenvolvimento. Desse modo suas atividades devem ser planejadas considerando o equilíbrio e entre as dimensões da sustentabilidade. Portanto, para analisar a sustentabilidade torna-se fundamental o estabelecimento de indicadores que possam avaliar seu desempenho. Nessa perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar gestão socioambiental da Rede Tucum – CE, a partir de indicadores de sustentabilidade para o turismo. Para tanto, foi utilizada a metodologia SISDTur proposta por Hanai (2009), por abranger as dimensões ambiental, cultural, social, econômica, turística, institucional. Porém foi necessário realizar uma adaptação nos critérios de análise para adequar a realidade da rede. Como também a inclusão de outras variáveis para aprofundar acerca do planejamento e da gestão socioambiental. A coleta de dados se deu a partir de análise documental e aplicação de questionários com os gestores da rede. Constatou-se que para chegar à sustentabilidade, ainda faltam práticas de gerenciamento de resíduos sólidos, programas de coleta seletiva, planos de redução de energia elétrica, como também investimentos e definição de políticas públicas que priorizem a solução de problemas nas diversas dimensões da sustentabilidade. Assim, identificou-se na pesquisa que a rede Tucum alinha suas estratégias em consonância com as dimensões da sustentabilidade, no entanto há desafios na implantação e execução de seus planos ambientais.

Palavras-chave: Turismo. Sustentabilidade. Planejamento. Gestão socioambiental. Rede Tucum.

ABSTRACT

The model of economic development post since the industrial revolution caused severe damage to the environment because it used natural resources in a disorderly and predatory manner. Similarly, tourism as an economic activity, also used natural resources unsustainably. Considered by presenting extreme respect for the environment, it has the natural landscape and biodiversity as major drivers of development. Thus their activities should be planned considering the balance and between dimensions of sustainability. Therefore, to analyze the sustainability is fundamental to establish indicators to evaluate its performance. From this perspective, the present study has as main objective to analyze social and environmental management of Tucumán Network - EC, from sustainability indicators for tourism. Therefore, the methodology proposed by SISDTur Hanai (2009) was used for cover environmental, cultural, social, economic, tourist, institutional dimensions. But it was necessary to make an adjustment in analysis criteria to suit the reality of the network. As well as the inclusion of other variables to deepen about the planning and environmental management. The data collection was carried out from document analysis and questionnaires with the managers of the network. It was found that to reach sustainability, are still lacking in solid waste management practices, selective collection programs, energy reduction plans as well as investment and definition of public policies that prioritize the resolution of problems in the various dimensions of sustainability. Thus, it was identified in the survey that the Tucumán network aligns its strategies in line with the dimensions of sustainability, however there are challenges in the implementation and execution of their environmental plans.

Keywords Tourism. Sustainability. Planning. Social and environmental management. Network Tucum.

LISTA DE SIGLAS

- ACOMOTA – Associação Comunitária de Moradores de Tatajuba
- CE - Ceará
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- COP – Conferência das Partes
- CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- OMT – Organização Mundial do Turismo
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organizações das Nações Unidas
- PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- REDTURS – Rede de Turismo Comunitário de América Latina
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SISDTur – Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo
- TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário
- TURISOL – Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
- WTO – *World Tourism Organization*

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - Dimensões da sustentabilidade.....	23
Quadro 2.2 - Princípios do turismo sustentável.....	24
Quadro 2.3 - Indicadores centrais do turismo sustentável.....	27
Quadro 2.4 - Efeitos positivos e negativos decorrentes da atividade turística.....	33
Quadro 2.5 - Etapas do processo de planejamento.....	35
Quadro 3.1 - Indicadores e descritores das dimensões da sustentabilidade.....	40
Quadro 3.2 - Gestão e responsabilidade socioambiental.....	41
Quadro 3.1 - Comunidades, número de habitantes e fontes de renda.....	44
Quadro 4.1 - Resultados da dimensão ambiental – dados primários.....	48
Quadro 4.2 - Resultados da dimensão cultural – dados primários.....	52
Quadro 4.3 - Resultados da dimensão social – dados primários.....	56
Quadro 4.4 - Resultados da dimensão econômica – dados primários.....	57
Quadro 4.5 - Resultados do planejamento e estratégias socioambientais – dados primários.....	61
Quadro 4.6 - Resultados da gestão socioambiental.....	64
Quadro 4.7 - Código de conduta da Prainha do Canto Verde.....	65
Quadro 4.8 - Resultado das dimensões.....	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Imperativos dos âmbitos social, ambiental e econômico para o desenvolvimento sustentável.....	22
Figura 3.1 - Localização da Rede Tucum no estado do Ceará.....	43
Figura 4.1 - Blusas com apliques artesanais.....	53
Figura 4.2 - Loja de artesanato bodega.....	53
Figura 4.3 - Folder de divulgação da festividade cultural realizada na comunidade Tatajuba.....	54
Figura 4.4: Folder de divulgação da festividade cultural realizada na comunidade Jenipapo-Kanindé.....	55
Figura 4.5: Folder de divulgação da escola popular de turismo comunitário.....	57
Figura 4.6: Folders de divulgação de pacotes turísticos.....	59
Figura 4.7: Campanha e recompensa de financiamento de encontro.....	60

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Contextualização do Problema.....	14
1.2. Objetivos.....	17
1.1.2. Objetivo Geral.....	17
1.1.3. Objetivos Específicos.....	17
1.3. Justificativa.....	17
1.4. Organização Da Monografia.....	18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1. Turismo e Sustentabilidade.....	19
2.1.1. Desenvolvimento Sustentável.....	21
2.1.2. Indicadores de Sustentabilidade.....	25
2.1.3. Turismo no Brasil.....	28
2.2. Gestão com Responsabilidade Socioambiental.....	30
2.2.1. Sustentabilidade no Planejamento do Espaço Turístico.....	32
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
3.1. Tipo da pesquisa.....	38
3.2. Coleta de informações.....	38
3.3. Seleção e adaptação do instrumento de coleta de dados.....	39
3.4. Caracterização da Organização.....	42
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	47
4.1. Dimensão ambiental.....	48
4.1.1 Gestão da água.....	49
4.1.2 Gestão dos resíduos sólidos.....	49
4.1.3 Gestão e monitoramento do consumo de energia.....	50
4.1.4 Tratamento de esgotos.....	51
4.1.5 Áreas naturais preservadas.....	51
4.2. Dimensão Cultural.....	52
4.2.1 Produtos típicos culturais locais.....	52
4.2.2. Manifestações culturais típicas.....	54
4.3. Dimensão social.....	55
4.3.1 Inserção de residentes locais no setor turístico.....	56
4.4. Dimensão econômica.....	57
4.4.1. Rentabilidade.....	58
4.4.2 Longevidade.....	58
4.4.3 Disponibilidade de funcionamento.....	59
4.4.4 Investimentos em turismo.....	60
4.5. Gestão com responsabilidade socioambiental.....	61
4.5.1 Planejamento e Estratégias Socioambientais.....	61
4.5.2 Gestão Socioambiental.....	63
4.6. Síntese dos resultados.....	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	67
6. REFERENCIAL TEÓRICO.....	71
7. APÊNDICE.....	76

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Problema

As constantes transformações em que estão inseridos os negócios têm influenciado para que os indivíduos, como tomadores de decisão a frente das organizações, alterem frequentemente sua forma de pensar e agir. Com o surgimento de novas pressões sociais, ambientais e mercadológicas a favor da incorporação da sustentabilidade aos negócios, os empreendimentos se veem forçados a adotar uma gestão mais preocupada com os impactos de suas ações.

Nesta perspectiva, há também o surgimento da legislação ambiental, o movimento do consumo consciente, as mudanças climáticas e o desequilíbrio de ecossistemas complexos. Frente a isto, o homem tornar-se mais consciente de que seu comportamento está afetando negativamente o meio ambiente. Deste modo, os empreendedores de diversos setores buscam, a cada dia, a incorporação de estratégias em seu planejamento que reforcem essa tendência e adotem um comportamento ambientalmente responsável com maior transparência em sua gestão a fim de minimizar os impactos potencialmente negativos.

O modelo de desenvolvimento econômico posto desde a revolução industrial causou vários danos ao meio ambiente, pois utilizava os recursos naturais de forma desordenada e predatória sem pensar nos limites dos mesmos, hoje considerados escassos. A preocupação das organizações sempre foi ligada ao desenvolvimento econômico e o aumento do lucro. Além disso, também surge o crescimento desordenado da população, e com isso, o elevado consumo dos recursos naturais. Dessa forma percebe-se o acelerado processo de degradação do meio ambiente e, simultaneamente, a produção de diversas quantidades de resíduos, poluentes que interferem no meio ambiente natural.

Foi a partir dos anos 60 que se começa a observar que alguns recursos naturais não eram tão abundantes como se pensava e que através do crescimento econômico desordenado, impulsionado pela industrialização, que acaba por configurar este cenário de preocupação com o meio ambiente e com o futuro do planeta. A partir desta década que o as questões sustentáveis começaram a se tornar alvo de importantes discussões no cenário mundial. Surge neste contexto, sob as exigências da sociedade por uma postura ética e responsável das organizações, a busca para o desenvolvimento sustentável nos negócios.

A temática sustentabilidade não é apenas uma tendência organizacional passageira. Nos últimos anos, a preocupação com a escassez dos recursos finitos e os impactos que o consumo e ações sem controle pode trazer às gerações futuras cresceu de forma significativa. Junto a ela, a consciência e percepção da sociedade de que as organizações são atores fundamentais para promover ações que minimizem esse cenário.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável retoma alguns requisitos necessários e para que este processo ocorra de fato, é constituído a partir da junção de fatores que vão além do desenvolvimento econômico.

Desse modo, para aplicar esse conceito torna-se fundamental o estabelecimento de indicadores que possam avaliar o desempenho de uma organização em matéria de sustentabilidade. Como também dar um novo direcionamento das diversas atividades econômicas desenvolvidas na sociedade pautados nos princípios da sustentabilidade.

Dentre as atividades econômicas, o turismo é considerado por apresentar extrema relação com o meio ambiente, pois se tem a paisagem natural e a biodiversidade como grandes impulsionadores do desenvolvimento das atividades do turismo. Os indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico constituem instrumentos práticos para a gestão e o controle da atividade turística de um destino, sendo sua seleção e monitoramento periódico componente fundamental para o planejamento e o desenvolvimento local.

Assim como os demais segmentos da economia, o turismo desenvolveu-se de forma bastante rápida e utilizou-se dos recursos naturais de forma insustentável, sem uma preocupação com sua preservação. Considerando a importância da incorporação dos princípios da sustentabilidade no planejamento e na gestão do turismo, este visa promover melhorias econômica, social, ambiental para a localidade e assim minimizar os impactos de suas atividades ao meio. Faz-se necessário analisar o desenvolvimento do turismo a partir de um conjunto de indicadores que considerem as dimensões da sustentabilidade.

A gestão socioambiental do turismo destaca-se como uma atividade de grande potencial que pode ser condizente com o processo de desenvolvimento de uma região, além do respeito ao meio ambiente, promove a inclusão social, oportunidades de emprego e novos investimentos. Permitindo assim, o crescimento econômico socialmente justo, aliado à conservação dos recursos naturais, à valorização da identidade cultural da sociedade.

Neste contexto, alguns negócios turísticos já surgem seguindo e incorporando em suas estratégias aspectos de construção da relação entre sociedade e meio ambiente. Dentro desta perspectiva e para o desenvolvimento desta pesquisa foi escolhida a rede de Turismo

Comunitário (TUCUM), que fica localizada no litoral do Ceará e que surgiu em 2008, formada por entidades e comunidades da zona costeira do estado, sendo considerada como um projeto pioneiro que busca o fortalecimento da proposta de turismo comunitário em consonância com o desenvolvimento econômico local, social, cultural e a preservação ambiental.

O Estado do Ceará apresenta belas praias, muitas riquezas naturais e um imenso patrimônio histórico e cultural que formam um produto turístico bem diversificado que tem contribuído muito para o desenvolvimento socioeconômico local. Devido a isso, por toda a zona costeira cearense podem ser observados pontos de conflito de terras com as populações locais devido à forte especulação imobiliária, a presença de segundas residências e a construção de empreendimentos turísticos.

Por isso, a rede Tucum foi criada com a finalidade de promover ofertas turísticas, visando à permanência das populações tradicionais em seu território, pois existe há décadas um acentuado processo de expulsão das populações costeiras, bem como a possibilidade de continuidade das atividades econômicas tradicionais, como a pesca e a agricultura.

O motivo que leva a uma organização a procurar associar-se a outra é a possibilidade de se desenvolver. Neste sentido, a rede Tucum tem estruturado estratégias e parcerias que permitam avançar em pontos importantes para o desenvolvimento do turismo. A cultura de associar-se é uma forma de pensar e de agir com base na adoção de princípios que permitem a conquista de objetivos comuns e de melhor qualidade de vida para os grupos e comunidades.

Uma das formas de compreender melhor a gestão socioambiental da rede e tais impactos causados por suas atividades é a partir da utilização de indicadores de sustentabilidade, que em sua abrangência básica aponta aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos por meio do estudo das diversas relações com seus atores sociais que a organização apresenta.

Tomando como referência a premissa e pressuposto expostos acima, o problema dessa pesquisa consiste em: **Como é realizada a gestão socioambiental na Rede Tucum – CE, a partir da aplicação de indicadores de sustentabilidade para o turismo?**

Esta pesquisa está embasada na metodologia do SISDTur proposta por Hanai (2009), o SISDTur se caracteriza pela elaboração de um sistema de indicadores de sustentabilidade para a atividade turística e sua análise permite a obtenção de um diagnóstico da sustentabilidade do turismo a partir de um conjunto de seis dimensões, quais sejam: ambiental, social, econômica, cultural, turística e institucional.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar gestão socioambiental da Rede Tucum – CE, a partir de indicadores de sustentabilidade para o turismo.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar a rede Tucum envolvendo os aspectos do turismo comunitário;
- Selecionar e adaptar os indicadores de sustentabilidade e as variáveis que compõem SISDTur de acordo com as ações da rede;
- Analisar os indicadores na rede Tucum;
- Identificar os aspectos relacionados ao planejamento e a gestão socioambiental nas ações da rede.

1.2 Justificativa

Percebe-se que a atividade turística nos últimos anos tem sido de extrema importância, e apresenta importantes contribuições às economias nacionais e locais dos destinos que a desenvolvem. Contudo, se não houver estratégias de gestão socioambiental, o turismo também pode provocar impactos negativos.

No que se refere ao meio ambiente, pode-se destacar que o turismo exerce impactos sobre este, já que consome os recursos naturais, gera lixo e emite poluentes. Por outro lado, vale destacar que o crescimento do setor está associado à geração de renda e empregos diretos e indiretos, além de uma melhor qualidade de vida para a comunidade local.

É notável que as atividades turísticas exerçam impactos tanto positivos quanto negativos, devido à importância dos recursos naturais para a atividade turística, existe a crescente necessidade de planejamento e conscientização de todos os envolvidos para que adotem posturas sustentáveis para o desenvolvimento turístico. Para a realização dessa análise foi necessária a aplicação de indicadores do Desenvolvimento do Turismo - SISDTur proposto por Hanai (2009).

Dada a importância da rede de turismo e dos projetos empreendidos por ela nas esferas ambiental, econômica e social para as comunidades do litoral do Ceará, há a necessidade de se conhecer mais a fundo a realidade destas para avaliar seu desempenho quanto às questões sustentáveis e nos traz a necessidade de ampliar o conhecimento acerca do tema.

Deste modo, é fundamental que se compreenda a importância de desenvolver estudos envolvendo a temática de redes de turismo e desenvolvimento sustentável, pois contribuem para a gestão dos destinos turísticos possibilitando o alcance da sua sustentabilidade.

Considerando a importância da rede de Turismo Comunitário para o Ceará e para o Brasil, justifica-se a realização deste estudo para analisar como a rede está estruturando seu planejamento e gestão socioambiental, identificar os indicadores sustentáveis nas ações da rede, bem como os benefícios para a comunidade local com a criação e atividades da rede.

1.4 Organização da Monografia

Este projeto de pesquisa está estruturado da seguinte forma: no capítulo um são apresentadas as bases que norteiam este trabalho, dentre elas, a introdução, o universo de estudo, a definição do problema, os objetivos, e a justificativa. No capítulo dois são apresentadas as bases conceituais que referenciam o trabalho, onde é apresentada uma contextualização sobre o conceito de turismo e sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, indicadores de sustentabilidade, turismo no Brasil e por fim, gestão socioambiental e a importância do planejamento sustentável para o turismo. No capítulo três são apresentados os procedimentos metodológicos e os caminhos utilizados na pesquisa. No capítulo quatro são apresentadas as análises dos dados coletados a fim de entender a gestão socioambiental na rede através da análise dos indicadores aplicados nas ações da rede Tucum. No capítulo cinco apresenta as conclusões da pesquisa, as limitações e as recomendações para futuros estudos. Em seguida no capítulo seis podem-se encontrar as referências, e no apêndice encontra-se o questionário utilizado na pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Faz-se necessário neste segmento do trabalho uma apresentação de definições e conhecimentos específicos de autores que escreveram pesquisas acerca dos temas fundamentais que darão embasamento a qualquer entendimento no decorrer desta pesquisa.

2.1 Turismo e Sustentabilidade

A exploração desordenada dos recursos naturais pode provocar impactos ao meio ambiente e acabar com os mesmos recursos utilizados nas atividades turísticas. Segundo Boullón (2002), o turismo em sua fundamentação tem como consequência um fenômeno social que no decorrer do tempo gerou um grande número de relações e atividades não programadas.

O turismo como prática social é realizado através do estabelecimento de múltiplas relações “pode-se imaginar, *a priori*, que tanto na área estatal como na empresarial tem como objetivo real o lucro” (BENI, 1998, p 25). Barreto (2003) constata que o turismo também beneficia o setor público de duas formas: uma diretamente e outra indiretamente, a primeira realizada através das taxas que cobra dos turistas por vistos e taxas alfandegárias, e já a segunda ocorre através dos impostos que arrecada da empresa privada.

O turismo vem tendo um crescimento substancial ao longo do tempo. Dias (2012), afirma que, em paralelo ao crescimento da consciência ambiental, o turismo desenvolveu-se de uma forma bastante rápida e assim como os demais segmentos da economia utilizando-se dos recursos naturais sem uma preocupação com a preservação destes recursos que formam sua base de sustentação.

Na concepção de Beni (1998), ao Estado competem investimentos sociais em infraestrutura de apoio a atividade e também na implantação de programas de turismo socializado, já a empresa privada igualmente terá de investir na qualificação de mão de obra e aperfeiçoamento de pessoal e deve considerar sempre o ambiente no qual estão inseridas estas relações e atividades. Além disso, cabe ao Estado, “zelar pela proteção e conservação do patrimônio ambiental (natural, psicossocial e cultural) e criar condições que facilitem e regulamentem o funcionamento dos serviços e equipamentos nas destinações” (RUSCHMANN, 1997, p. 84).

Várias definições têm sido dadas para contextualizar o turismo, Beni (1998, p. 153) define como “o conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado de tempo, um público visitante”. Corroborando, De la Torre (1992) apud Barreto (2003) considera o turismo como:

Fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de resistência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (De la Torre, 1992 apud BARRETO, 2003, pág. 13).

Choi e Turk (2011) citam pelo menos três razões das quais o turismo deve ser sustentável, em primeiro lugar, não há dúvida de que o turismo sustentável deve ser economicamente viável porque o turismo em si já é considerado como uma atividade econômica, portanto a sustentabilidade econômica, implica otimizar a taxa de crescimento e desenvolvimento em um nível administrável com plena consideração dos limites do ambiente de destino e além disso, os benefícios do turismo devem ser bem distribuídos por toda a comunidade. Em segundo lugar, a sustentabilidade ambiental reconhece que os recursos naturais das comunidades e considerados abundantes devem ser vistos constantemente a serem esgotados. O ambiente natural deve ser protegido para seu próprio valor e como um recurso para as gerações presentes e futuras. Em terceiro lugar, sustentabilidade sociocultural implica o respeito da identidade social e capital social, para cultura da comunidade e de seus ativos, e para um reforço da coesão social e orgulho que permitirá que os moradores da comunidade para controlar suas próprias vidas.

Logo, o turismo nas últimas décadas vem tendo um expressivo crescimento e participação na economia mundial, no qual passou a ser visto como um importante vetor de desenvolvimento econômico para países e regiões em escala global, devido à diversificação das práticas turísticas (SILVEIRA, 2002). A grande preocupação do turismo no que tange a sustentabilidade é fazer com que o turista que visite um determinado local, exerça o mínimo de impacto e influencia sobre este, fazendo com que esse local mantenha-se pouco alterado após a visita.

2.1.1 Desenvolvimento Sustentável

Ao identificar a noção de escassez dos recursos naturais, a sociedade põe em xeque o seu comportamento predatório no processo de ocupação e de uso do espaço geográfico. Por um lado, esta descoberta introduz como premissa básica da sustentabilidade no comportamento econômico e social do homem, de outro, busca medidas de controle e de ordenamento de como o ser humano se comportar, a fim de evitar crise ecológica e ambiental (MILANI, 1999).

Entre os dias 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, ocorreu Conferência do Clima Paris (COP-21), com o objetivo de alcançar um acordo, aplicável a partir de 2020, para conter o aquecimento global a um máximo de 2°C em relação à era pré-industrial. Com isso, níveis de critérios são estabelecidos para diminuir emissões de gases de efeito estufa que são causadores do aquecimento global. Quase todos os países, que representam mais de 98% apresentaram planos de reduções voluntárias de emissões, porém estes esforços são claramente insuficientes porque só permitiriam limitar o aquecimento a certo grau.

A importância e disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável recentemente vêm ganhando cada vez mais força em todo o mundo. No entanto, esta temática já vem sendo discutida há algum tempo. Em 1987, é publicado o “Relatório Brundtland” denominado *Our Future Common* “Nosso Futuro Comum” da comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, produzido pela ONU (Organização das Nações Unidas) contribuindo para disseminar este conceito e definir as premissas do Desenvolvimento Sustentável (SEIFFERT, 2001), que tem como princípio o desenvolvimento econômico em harmonia com o meio ambiente.

Antes mesmo, em 1972, ocorreu a conferência das Nações unidas sobre o meio ambiente humano em Estocolmo na Suécia e tinha como pressuposto a defesa de um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais e genéticos do planeta vindo a integrar, definitivamente, a temática ambiental na agenda internacional (MILANI, 1999),

Corroborando, Seiffert (2001) informa que foi a primeira manifestação dos governos de todo o mundo para discutir as consequências da economia sobre o meio ambiente. Nesta conferência, foi inicialmente delineado o conceito de desenvolvimento sustentável e após isso, com a criação em 1975 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), buscou monitorar os avanços dos problemas ambientais no mundo. (SEIFFERT, 2001).

Em 1983 é formada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a comissão mundial sobre o meio ambiente e o desenvolvimento (CMMAD) com o objetivo de examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis, para a solução de problemas existentes (SEIFFERT, 2001).

O objetivo deveria ser o estabelecimento do aproveitamento racional e ecologicamente sustentável dos recursos naturais em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento (SACHS, 2002).

A figura 2.1 a seguir, mostra que o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado através do equilíbrio entre os imperativos das esferas ambiental, social e econômica.

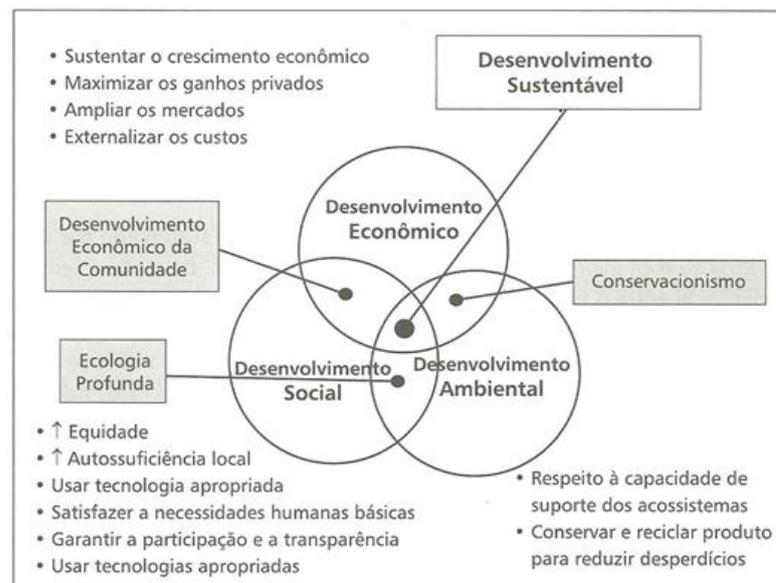


Figura 2.1: Imperativos dos âmbitos social, ambiental e econômico para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Seiffert (2001 p. 27)

Tem-se como grande desafio para o desenvolvimento do turismo o “equilíbrio entre a conservação ambiental e cultural, a viabilidade econômica e a justiça social” (ANJOS ET AL, 2010, P. 127). Os destinos turísticos que não possuem esta preocupação em sua gestão e seus processos, acabam por gerar impactos negativos na sociedade e ambiente onde se desenvolve, causando danos à natureza que é sua própria base de recursos.

Segundo Dias (2012), o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e cultural e a preservação ambiental realizado simultaneamente e em harmonia são considerados fatores que levam ao desenvolvimento sustentável. Phillip et al. (2004), corrobora quando afirma que o desenvolvimento sustentável vai além do crescimento dentro

de padrões de respeito e harmonia com a natureza, deve-se também crescer e desenvolver-se respeitando os valores e culturas das pessoas e comunidades envolvidas.

Segundo Sachs (2002) no fenômeno da sustentabilidade encontra a proposta de alguns critérios de sustentabilidade que compreendem as oito dimensões, conforme se observa no quadro 2.1 a seguir:

Quadro 2.1: Dimensões da Sustentabilidade

DIMENSÃO	CARACTERÍSTICAS
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; • Distribuição de renda justa; • Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; • Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); • Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); • Autoconfiança, combinada com abertura para o mundo.
ECOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis; • A limitação do uso dos recursos não renováveis.
AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
TERRITORIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); • Melhoria do ambiente urbano; • Superação das disparidades inter-regionais; • Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; • Segurança alimentar; • Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; • Razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; • Inserção soberana na economia internacional.
POLÍTICA (NACIONAL)	<ul style="list-style-type: none"> • Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; • Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; • Nível razoável de coesão social.
POLÍTICA (INTERNACIONAL)	<ul style="list-style-type: none"> • Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, • Pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco), • Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, • Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; • Prevenção das mudanças globais negativas; • Proteção da diversidade biológica (e cultural); • Gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; • Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional; • Eliminação parcial do caráter commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Sachs (2002, p. 85-89).

A temática da sustentabilidade que emerge como importante paradigma da atualidade vista a princípio sobre o pilar da preservação ambiental tem a sua discussão ampliada, e passa a ser pensada abrangendo outras dimensões conforme apontadas no quadro 2.1.

Dentre as atividades econômicas, o turismo é considerado por apresentar extrema relação com o meio ambiente, pois se tem a paisagem natural e a biodiversidade como grandes impulsionadores do desenvolvimento das atividades do turismo.

O desenvolvimento da atividade turística demanda ações da sociedade como um todo e que favoreçam a utilização dos recursos naturais e culturais de forma sustentável. Para Silveira (1997), o turismo é importante para impulsionar a economia e não se restringindo somente aos países desenvolvidos como também aos emergentes e tem como finalidade buscar maneiras de minimizar as desigualdades existentes nas comunidades.

O desenvolvimento de uma atividade turística com responsabilidade ambiental é o que ditará o futuro de um destino turístico, pois promove direta e indiretamente impactos econômicos e sociais para a comunidade local. O Turismo será de fato uma estratégia econômica benéfica se for voltado à melhora da qualidade de vida da comunidade e proteção ao meio ambiente. Logo, para ser economicamente viável o Turismo deve ser sustentável tanto a nível ambiental quanto cultural, (OMT, 2001).

Deste modo, envolve a conservação do local e do meio ambiente natural e cultural com garantia de geração de melhores condições de vida à população local e tem como base alguns princípios em cada uma das dimensões, conforme é apresentado no quadro 2.2 a seguir:

Quadro 2.2: Princípios do Turismo Sustentável

PRINCÍPIOS DO TURISMO SUSTENTÁVEL	
DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	PRINCÍPIOS
AMBIENTAL	Conservação ambiental e a otimização do uso dos recursos ambientais, que se constituem em elementos fundamentais do desenvolvimento turístico, mantendo os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica contínuas no tempo e no espaço.
SOCIAL / CULTURAL	Respeito à autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, com o compromisso de conservação de seu patrimônio construído e seu estilo de vida e valores tradicionais, e fortalecimento da compreensão intercultural e tolerância.
ECONÔMICA	Garantia de operações econômicas viáveis (eficiência e crescimento de longo prazo), com a geração de benefícios socioeconômicos distribuídos para todos os atores envolvidos (elevação da qualidade de vida e equidade social), incluindo oportunidades de emprego estável e obtenção de investimentos e serviços sociais, de maneira que contribuam à redução da pobreza.

Fonte: Baseado em WTO (2005) apud Hanai (2009)

Para complementar Scharf (2004), ainda afirma que as principais vantagens dos negócios sustentáveis são: melhor acesso a mercados com algum tipo de filtro ou critério; um produto com maior valor agregado, que pode incorporar um acréscimo ao seu preço; redução dos custos de seguro, pela redução dos riscos no negócio; valorização da marca, melhoria da imagem e das relações com a comunidade; maior produtividade, em função dos investimentos em eficiência e do maior grau de aproveitamento da matéria-prima; economia nos insumos, como matéria-prima, energia, água, etc.

Para Wachtel (1989) *apud* Roseland (2000), “a chave para um futuro sustentável não está em fazer-nos mais competitivo, mas sim em fazer-nos mais perceptivo, mais capaz de perceber o que temos, o que nós precisamos, e quais são as consequências a longo prazo das escolhas de curto prazo que estamos fazendo”. Verifica-se, portanto, há necessidade de desenvolver os produtos turísticos em respeito ao meio ambiente e em harmonia com as comunidades e culturas locais, de forma que estas se convertam em permanentes beneficiárias e participem de todo o processo de desenvolvimento.

2.1.2 Indicadores de Sustentabilidade

Segundo Cordeiro (2002), na era industrial, os indicadores financeiros eram suficientes para o gerenciamento organizacional, porém nesta nova época, considerada como era da informação ou do conhecimento, as empresas perceberam a importância de fazer evoluir seus instrumentos de gestão, deixando de se pautar apenas pelos indicadores financeiros e abrindo espaço para outros indicadores que retratem a situação das várias atividades, traduzindo-as em informações importantes para a ação gerencial.

Corroborando, Veiga (2010) relata que os indicadores inicialmente utilizados permitiram apenas a mensuração dos variáveis relacionadas principalmente a aspectos econômicos, ignorando, por sua vez a depreciação de recursos naturais e humanos. O autor ainda firma que só eram percebidos fenômenos econômicos secundários, como o crescimento do PIB, o comportamento das exportações ou do mercado de ações, não se atentando as disfunções estruturais, culturais, sociais e ecológicas. Portanto, para se tratar da sustentabilidade, foi necessária a elaboração de indicadores que por sua vez, tivesse referência necessariamente ao futuro.

Os indicadores de sustentabilidade requerem uma visão mais ampla e são considerados como indicadores multidimensionais, pois mostram as inter-relações existentes entre eles.

Segundo Hanai (2009), através do uso de indicadores é possível monitorar de forma contínua as transformações do turismo como também informar as situações do processo do desenvolvimento e verificar se os objetivos da sustentabilidade se estão sendo atingidos.

Os indicadores de sustentabilidade contribuem para um gerenciamento eficaz e impulsionam a organização a ser uma boa competidora, com estrutura para ofertar produtos e/ou serviços, satisfazendo às necessidades do mercado e respeitando o meio ambiente enquanto remunera o capital. Para Albuquerque (2009), os indicadores de sustentabilidade diferenciam dos indicadores tradicionais de progresso econômico, social e ambiental, pois estes últimos medem as mudanças de um aspecto como se fossem totalmente independentes dos demais.

Os indicadores de sustentabilidade contribuem para deixar os objetivos mais claros e precisos e pode ser muito valioso para promover responsabilidade, aumentar a consciência e dar suporte às ações (ZUCARATO; SAN SOLO, 2006). Vale destacar que a importância destes indicadores consiste no fato de que pelo seu uso é possível o monitoramento e avaliação das mudanças de forma frequente e consistente.

Para Van Bellen (2005), os indicadores devem ser entendidos como variáveis de um sistema, cujo objetivo principal consiste em agregar e quantificar informações ressaltando sua significância a fim de melhorar o processo de identificação e entendimento dos fenômenos complexos.

De acordo com Zucarato e Sansolo (2006), o turismo começou a ganhar importância para algumas regiões, tornando-se a principal atividade econômica, por isso, despertou a OMT a reconhecer a necessidade de desenvolver estratégias com o objetivo de não só satisfazer as expectativas econômicas, mas também respeitar os valores sociais, culturais, políticos e ambientais, tornando-se uma atividade sustentável para o futuro.

Hanai (2009), afirma que para o monitoramento do turismo é necessário o uso de indicadores adaptados à realidade territorial, a fim de fornecer informações indispensáveis para avaliar as mudanças e as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento do turismo em uma localidade. Serve como instrumento para destacar problemas, examinar tendências e prever condições futuras (OMT, 2003), sendo, portanto, a seleção de indicadores e seu monitoramento periódico um componente fundamental para o planejamento e gestão da sustentabilidade do turismo (HANAI, 2009).

O trabalho com os indicadores de sustentabilidade deve proporcionar a transformação do conceito de desenvolvimento sustentável numa definição mais operacional, reduzindo a distância entre o abstrato e a realidade do território (VAN BELLEN, 2005). Portanto, é

fundamental definir, elaborar e aplicar indicadores que possam respaldar o aprimoramento da gestão local a fim de se alcançar a sustentabilidade.

Como se pode observar no quadro 2.3 a seguir, a OMT (2003) recomenda uma série de indicadores principais para avaliar a sustentabilidade do turismo.

Quadro 2.3: Indicadores Centrais do Turismo Sustentável

INDICADOR	MEDIÇÕES ESPECÍFICAS
Proteção do local	Categoria de proteção do local de acordo com o índice da IUCN*
Estresse	Número de turistas que visitam o local (ano/mês de pico).
Intensidade da utilização	Utilização Intensidade da utilização – período de pico (pessoas/hectare).
Impacto social	Razão de turistas em relação aos habitantes locais (período de pico e ao longo do tempo).
Controle do desenvolvimento	Existência de procedimento de revisão ambiental ou de controles formais sobre o desenvolvimento do local e as densidades de utilização.
Gerenciamento de resíduos	Porcentual do esgoto do local que recebe tratamento (indicadores adicionais podem incluir limites estruturais de outra capacidade infraestrutura no local, como o fornecimento de água).
Processo de planejamento	Existência de um plano regional organizado para a região de destino (incluindo o componente turístico).
Ecosistemas críticos	Números de espécies raras / ameaçadas.
Satisfação do consumidor	de satisfação dos visitantes (baseado em questionário).
Satisfação do local	Nível de satisfação dos habitantes locais (baseado em questionário).
Contribuição turística para a economia local	Proporção da atividade econômica total gerada unicamente pelo turismo.

*Internacional Union for Conservation of Nature and Natural Resources (União Internacional pela Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais).

Fonte: Adaptado OMT (2003, p. 115)

Segundo Cervi e Carvalho (2007) Dentre os muitos indicadores de sustentabilidade, a Pegada Ecológica, tem tornado-se um dos mais utilizados e difundidos mundialmente, este índice mede a capacidade de sustentação da vida humana no planeta e consiste em um indicador de sustentabilidade que mede o impacto do homem sobre a Terra e que permite calcular a área de terreno produtivo necessária para sustentar o estilo de vida das pessoas. A Pegada ecológica revela que as pessoas deveriam agir diferentemente, da maneira como o fazem hoje, baseia-se em pensar de forma global, para que possam se comportar e tomar decisões diferentes das praticadas atualmente.

À luz de Hanai (2009), Os indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico constituem instrumentos práticos para a gestão e o controle da atividade turística de um destino, sendo sua seleção e monitoramento periódico componente fundamental para o planejamento e o desenvolvimento local e somente é possível a adoção de atitudes e o direcionamento de ações se existirem indicadores claros e convenientes que possam efetivamente mostrar os caminhos e a evolução rumo ao desenvolvimento sustentável.

Por se tratar de um conjunto de indicadores mais práticos e adequados à realidade local e possibilitar o monitoramento contínuo do processo de desenvolvimento do turismo local. Esta pesquisa está embasada na metodologia do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo - SISDTur proposta por Hanai (2009), esta metodologia se caracteriza pela elaboração de um sistema de indicadores de sustentabilidade para a atividade turística e sua análise permite a obtenção de um diagnóstico da sustentabilidade do turismo a partir de um conjunto de seis dimensões, quais sejam: ambiental, social, econômica, cultural, turística e institucional e além disso, apresenta a participação e o envolvimento da população local. Estes aspectos são importantes e isso é o que diferencia dos demais sistemas de indicadores apresentados. Contudo, devido aos aspectos da organização pesquisada foram utilizadas apenas as dimensões, ambiental, social, cultural e econômica, para o processo de coleta de dados.

Muitas variáveis do ambiente interno e externo contribuem para a elaboração de informações, que se utilizadas de forma correta podem representar facilidade na criação e utilização dos indicadores para auxiliar na tomada de decisões. Os indicadores do SISDTur foram selecionados e adequados de acordo com as características da rede de Turismo em estudo, fazendo uma adaptação, forma de medição e nos tipos de unidade de medidas para adequar a realidade da rede e a base de dados.

2.1.3 Turismo no Brasil

Embora o turismo no Brasil, como fenômeno social e econômico, tenha se desenvolvido com atraso em relação às outras nações. O segmento de turismo está cada vez mais otimista, segundo o Ministério do Turismo (2012), os fatores que impulsionaram o crescimento do setor foram o fortalecimento da economia nacional, o aumento da demanda por viagens e investimentos, a expansão do volume de operações e a imagem favorável do país no exterior.

O turismo nos últimos 50 anos vem-se destacando como uma das atividades com maior potencial de expansão em escala mundial. A partir dos anos 80, a aceleração do processo de internacionalização e de abertura das economias nacionais provoca verdadeira explosão na atividade de turismo, sendo apontado como o segundo setor mais globalizado, perdendo somente para o setor financeiro (SILVEIRA, 2002).

De acordo com Casimiro (2002), as políticas de turismo no Brasil são relativamente recentes, visto que até meados da década de 60 se pode dizer que não existiam políticas nacionais de turismo, pois o que havia eram apenas políticas resultantes de leis e decretos-lei desconexos e restritos que versavam principalmente sobre a regulamentação das agências de viagens e turismo. Compreende-se que no período do final dos anos 80 e início dos 90 e com o uso generalizado dos meios de transporte em junção com a mudança na forma de vida da população, ocorreu a busca por maior contato do homem com a natureza (DIAS, 2012).

Cunha e Cunha (2005) complementam quando afirmam que os avanços tecnológicos do sistema de transporte e comunicações, ocorreram devido a melhorias significativas da qualidade, redução do tempo e dos custos das viagens, o aumento do número de viagens de negócios e através das conquistas sociais tais como: férias remuneradas e finais de semana prolongados. São estes fatores que têm atuado como aceleradores do processo de crescimento e globalização do turismo.

Donaire (2009), por sua vez, relata que a partir da década de 1990 e tais movimentos, como a abertura de mercados, a integração do Brasil de fato ao comércio mundial, a diminuição da inflação, estabilidade da moeda e aumento do nível de exigência do consumidor, trouxeram para o país grandes grupos hoteleiros, importantes empresas promotoras de eventos internacionais, inserção de empresas aéreas nacionais em alianças estratégicas globais e, ainda, parcerias entre as agências de viagens e organizadoras de eventos locais com as mais competitivas empresas globais desses segmentos.

O Ministério do Turismo (2012) ressalta o fato de que tais resultados ocorrem, principalmente, pelo aumento da renda do brasileiro, do interesse em colocar o turismo entre as prioridades de consumo e das facilidades de acesso ao crédito no País. Este movimento trouxe um novo fluxo de investimentos para o turismo brasileiro, na verdade, os negócios gerados pela atividade turística envolvem direta e indiretamente dezenas de outros setores (DONAIRE, 2009).

Segundo Casimiro (2002), o segmento do turismo vem se desenvolvendo diferentemente em cada região do Brasil, pois tanto na geração de emprego quanto na de renda há diferenciação em termos regionais e apresenta melhor desempenho em regiões onde o segmento se encontra mais estruturado ou recebendo maior quantidade de incentivos para sua estruturação.

Becker (2001) destaca a importância da parceria entre o governo do estado e a iniciativa privada para o desenvolvimento do turismo nos estados brasileiros e cabe ao governo federal estabelecer as regras desta parceria, como também estabelecer os estímulos e

os limites das iniciativas, desses poderes novos, isso é extremamente importante. A autora ainda infere sobre implementação de uma política integrada, para acabar com os conflitos setoriais existentes no Brasil, onde se multiplicaram agências, empresas e cada um faz a sua política, gerando desordem e insustentabilidade institucional.

Com as Olimpíadas a serem realizadas no Brasil em 2016, há grandes oportunidades para o setor, porém é imprescindível garantir itens básicos como transporte (mobilidade urbana, aeroportos e portos), segurança, saneamento, saúde e energia.

A partir do que foi exposto, vale ressaltar o papel do poder público e a abrangência da política em apresentar um papel importante para o desenvolvimento do turismo através de investimentos para o desenvolvimento local e a contribuição da atividade turística. Haja vista se tratar de um setor com grande vocação para a geração de empregos diretos e indiretos, o que, por si só, já constitui um efeito relevante em termos de política econômica. Em contrapartida, o cenário chama a atenção para futuros desafios, principalmente no tocante à preservação ambiental e inclusão social.

Faz-se necessário colocar em prática ações táticas, com alcances a curto e longo prazos, direcionando de modo equilibrado as metas de planejamento turístico integrado.

2.2 Gestão com Responsabilidade Socioambiental

A crise ambiental e o aumento pobreza e desigualdades tem sido tema de discussão relevante no cenário mundial, o que fez emergir os conceitos de responsabilidade socioambiental. As demandas, expectativas e pressões dos atores sociais, por um desenvolvimento local mais sustentável, fazem com que empresas adotem um comportamento mais social e ambientalmente responsável com maior transparência em sua gestão.

Consideradas práticas empresariais novas, a responsabilidade socioambiental, tem sido ressaltada em grandes campanhas publicitárias, como crescente debate em instituições de ensino superior, como também em fóruns, congressos e reuniões entre atores de diversos segmentos da sociedade, com isso diversas organizações defendem essa nova prática como um meio para reverter a grave situação de desequilíbrio ambiental e desigualdade social (COSTA, 2010).

Nascimento et al. (2008) definem a Responsabilidade Socioambiental como o conjunto de ações socioambientais desenvolvidas por uma determinada organização afim de analisar, identificar e minimizar os possíveis danos resultantes de suas ações, bem como, a

geração de planos que abordem esses temas de forma integrada. Os autores, ainda definem que a gestão socioambiental estratégica de uma organização consiste na incorporação dos valores socioambientais em todo o processo gerencial havendo transparência durante suas interações com o mercado e atingindo os objetivos e metas organizacionais de forma sustentável.

Através da gestão socioambiental se objetiva assegurar melhor qualidade de vida à população e garantir a preservação dos recursos naturais, isto é, que esses recursos permaneçam aproveitáveis hoje e no futuro, para as próximas gerações. Para Seiffert (2011), é preciso que a organização conduza os processos dinâmicos e interativos que ocorrem no meio ambiente de forma harmoniosa e que este processo de gestão surgiu justamente como uma alternativa para buscar sustentabilidade nas interações com o meio ambiente.

Dias (2012), corrobora quando defende que, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e cultural e a preservação ambiental realizado simultaneamente e em harmonia são considerados fatores que levam a esta gestão. Devido a isto, é necessário que sejam desenvolvidas estratégias e políticas para o desenvolvimento do turismo e considerar o equilíbrio entre estas dimensões da sustentabilidade.

Negócio sustentável e responsável é uma atividade econômica orientada para a geração de valor econômico-financeiro, ético, social e ambiental, cujos resultados são compartilhados com os grupos afetados (INSTITUTO ETHOS, 2015). Desta forma (SANTOS, 2009), destaca que as práticas de Responsabilidade Socioambiental possuem vinculação com geração de lucro, desempenho político, demandas sociais e valores éticos, o que pode resultar em maior competitividade para as organizações.

Adotar uma gestão socialmente responsável implica, necessariamente, atuar buscando trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados e promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente, sem deixar de lado o retorno para os investidores (INSTITUTO ETHOS, 2015).

Tachizawa e Andrade (2008) consideram a responsabilidade socioambiental como uma resposta natural por parte das organizações às pressões dos consumidores ecologicamente corretos, ao crescimento em escala mundial do movimento da sustentabilidade, a consciência coletiva com relação ao meio ambiente, as demandas sociais e os resultados econômicos assim dependem de um posicionamento por parte dos administradores frente a esses fatores.

Por outro lado, para Costa (2010, p. 17), em termos de responsabilidade socioambiental empresarial “as críticas são feitas aos investimentos sociais/ambientais que se

limitam ao financiamento de ações que, embora tragam benefícios sociais/ambientais a algumas comunidades, permanecem fundamentadas em interesses particulares”.

Em relação à preservação de recursos naturais gera resultados mais favoráveis não somente para a sociedade e para as gerações futuras, mas para as próprias companhias, inclusive com ganhos financeiros (INSTITUTO ETHOS, 2015).

Dessa forma, para Donaire, (2009), essas preocupações não pararam de crescer e acabaram atingindo o próprio mercado e deixam de ser apenas uma exigência onde os responsáveis são punidos com multas e entram em um quadro de ameaças e oportunidades, em que as consequências passam a significar posições na concorrência e até mesmo a própria permanência no mercado.

A responsabilidade socioambiental deve ser um dos principais ideais das organizações e está contido na missão, visão e valores da mesma. Ter como objetivo lançar no mercado produtos e serviços com baixo impacto ambiental e ter compromisso com a sociedade levando mais qualidade de vida à população promovendo programas sociais, culturais e educativos. Logo, a questão socioambiental deve ter lugar de destaque no planejamento de outras atividades e processos das organizações.

2.2.1 Sustentabilidade no Planejamento do Espaço Turístico

Devido à grande importância do turismo tanto no cenário micro quanto no macro, este apresenta um aspecto preocupante, principalmente se as atividades turísticas não forem bem planejadas e administradas, o que poderá proporcionar graves impactos ambientais, sendo que alguns de caráter irreversível. Dias (2012), afirma que um destino turístico pode ter um grande aumento de procura de um momento para outro, mas também pode entrar em decadência com a mesma velocidade com que cresceu e nesse pressuposto, o turismo é bastante dependente do planejamento que deve ser integral, incluindo os diferentes aspectos econômicos, ambientais, culturais, territoriais e do contínuo monitoramento geográfico da capacidade de carga onde este se desenvolve.

No turismo pode-se constatar a alta relação de dependência entre suas atividades e o uso dos recursos naturais, deste modo suas atividades devem ser planejadas considerando o equilíbrio e entre as dimensões da sustentabilidade. Segundo Boullón (2002), para elaboração de planos é preciso obter informações sobre as principais variáveis que devem ser consideradas e descrever de forma sistêmica os atrativos da região.

Acredita-se que no turismo deve-se planejar e valorizar um espaço público/natural, conservando-o de tal modo que as obras turísticas afetem o meio ambiente o mínimo possível. Para Anjos et al. (2010), planejamento turístico de forma sustentável visa promover melhorias econômica, social e ambiental para a localidade envolvida por meio do desenvolvimento adequado da atividade turística e minimizando os impactos ambientais e sociais.

Segundo Ruschmann (1997), o planejamento turístico tem como finalidade ordenar as ações do homem sobre espaços destinados a prática do turismo e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos no meio ambiente, que o destrói ou reduz sua atratividade.

Apesar do crescimento econômico que a atividade pode trazer e dos diversos benefícios para localidade vinculados as atividades turísticas, o turismo não é fruto só de benefícios e vantagens, diversos estudos na área mostram que o desenvolvimento deste setor não implica apenas em vantagens positivas, visto que se devem considerar também as consequências tanto na área sociocultural quanto na área ambiental (SILVEIRA, 2002).

Desse modo, a atividade turística, quando não é gerenciada de modo a considerar seus aspectos negativos, gera ou aprofunda conflitos e impactos – sejam eles de ordem ambientais, sociais e/ou econômicas. O quadro 2.4 apresenta alguns dos vários efeitos – positivos e negativos – decorrentes da atividade turística, em suas amplas dimensões.

Quadro 2.4 - Efeitos positivos e negativos decorrentes da atividade turística.

Dimensões	Impactos positivos	Impactos Negativos
AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à preservação e à recuperação de áreas naturais (um dos principais atrativos turísticos) • Arrecadação financeira direta (ingressos em unidade de conservação e doações para preservação) • Aperfeiçoamento do planejamento e do gerenciamento ambiental • Disseminação da conscientização ambiental • Geração de empregos alternativos (substituição de atividades predatórias – caça, por exemplo – por funções turísticas (guias)) 	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição (do solo, água e ar) • Impactos físicos decorrentes de implantação de infraestrutura (básica e turística) e do movimento de turistas (erosão, deslizamentos, compactação) • Perda da biodiversidade • Danos à fauna local (perturbação dos hábitos de reprodução, caça e pesca predatórias, produção de souvenirs, migração forçada) • Danos à flora local (pisoteamento em trilhas, coleta de espécimes) • Impacto visual (construções que “agridem” a paisagem e não respeitam as características locais) • Danos sobre elementos geológicos (coleta e vandalismo em grutas e cavernas; impacto decorrente de atividades de turismo de aventura)
	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação das tradições e de sua autenticidade • Preservação e recuperação do patrimônio histórico, cultural e religioso • Melhoria das condições de vida em função dos investimentos em 	<ul style="list-style-type: none"> Exploração sexual de crianças • Influência sobre os padrões morais da população local, com consequente aumento da prostituição, jogo e tráfico de drogas • Aumento da criminalidade

SOCIOCULTURAL	<p>infraestrutura básica e serviços (limpeza pública, saúde, segurança, comunicação)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eliminação das diferenças culturais por meio do intercâmbio cultural • Disseminação da paz entre os povos • Despertar de um sentimento de unidade nacional por meio do turismo doméstico 	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de saúde (doenças exógenas, doenças sexualmente transmissíveis) • Repercussões sobre as manifestações tradicionais (mercantilização, “comodificação”, estandardização, perda da autenticidade – autenticidade encenada) para atendimento das demandas dos turistas • Degradação e descaracterização do patrimônio histórico, cultural e religioso • Choques culturais e estresse social (irritação com o comportamento dos turistas, competição por recursos, conflitos na ocupação e utilização do espaço, congestionamentos). • Ocupação desordenada e especulação imobiliária • Restrições à utilização, pela comunidade autóctone, dos atrativos naturais e culturais (apropriação privada de praias, ingressos muito caros em museus, teatros, etc.)
ECONÔMICO	<ul style="list-style-type: none"> • Efeito multiplicador (de renda, emprego e de arrecadação governamental) • Contribuição para superávits no balanço de pagamentos • Estímulo a investimentos internos e externos • Geração de empregos (diretos e indiretos) • Redistribuição regional de renda • Aumento da arrecadação (direta e indireta) governamental (impostos, taxas, etc.) • Recuperação de locais com economias decadentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Canalização excessiva de investimentos para o turismo, penalizando outros setores (chamado de efeito deslocamento, custo de oportunidade ou custo de ocasião) • Fuga (<i>leakage</i>) de recursos por meio da excessiva dependência de fornecedores de fora da comunidade local ou em função da remessa de lucros das empresas estrangeiras • Dependência econômica • Pressão inflacionária • Sazonalidade da oferta de empregos, empregos mal remunerados, utilização de mão-de-obra estrangeira

Fonte: Peres e Rezende (2011)

A partir do apresentado é possível perceber a ampla variedade de efeitos positivos e negativos que a atividade turística pode desencadear para uma comunidade ou até mesmo para uma região. Diante disso a solução que surge para que o turismo possa se desenvolver de forma sustentável é seu correto planejamento.

O planejamento se apresenta como um elemento crítico para a garantia de um desenvolvimento sustentável de longo prazo para os destinos turísticos. Nesse sentido, Laurie 1983, apud Boullón 2002, define que o processo de planejamento deve ser dividido em quatro fases: 1. Pesquisa e análise, que busca fatos e forças das circunstâncias atuais; 2. Avaliação, que serão medidos os impactos a realização; 3. Política ou resolução de desenho, que

regularão as futuras construções e expansões; 4. Realização; exigirá elaborar e pôr em práticas os acordos firmados entre as partes interessadas.

Para complementar Lohmann (2008) descreve sobre as etapas do processo de planejamento, como é apresentado no quadro 2.5 a seguir:

Quadro 2.5: Etapas do processo de planejamento

ETAPAS DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO	
Análise do ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma visão geral da área em que será desenvolvido o planejamento; • Análise interna (do local a ser planejado); • Análise externa (a influência e a repercussão do planejamento no ambiente externo, inclusive com análise de possível demanda que visitará o destino).
Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento do maior número de dados sobre o local a ser planejado; • Compreensão de forma integrada da relação dos atores sociais com o turismo; • Estabelecimento dos passos seguinte.
Prognóstico	<ul style="list-style-type: none"> • Previsão das possibilidades de desenvolvimento do turismo (baseada em dados estatísticos anteriores, na política governamental para região planejada e nas tendências de desenvolvimento do turismo para o destino em questão).
Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de como será conduzida a implantação da atividade turística para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados. • Estabelecimento de alternativas de ação e de montante de recursos financeiros destinados.
Implantação	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento prático do planejamento (documento); • Captação de recursos; • Conscientização de moradores do destino; • Desenvolvimento de programas de marketing, entre outros.
Avaliação (O planejamento não se esgota com sua implantação)	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação contínua dos resultados obtidos. • Correção dos possíveis erros e desvios dos objetivos; • Reformulação de estratégias; • Atualização de todos os envolvidos no processo de planejamento e implantação.

Fonte: Baseado em Lohmann e Panosso (2008, p. 131)

Portanto, antes mesmo do desenvolvimento das atividades do turismo, faz-se necessário explorar as diversas etapas do processo de planejamento, representadas pelo Quadro 2.4. Este considerado como um processo dinâmico deve ser revisado constantemente a fim de corrigir as possíveis falhas (LOHMANN, 2008).

De acordo com Anjos et. al. (2010), sabe-se que essa atividade econômica, como as outras, dependendo de sua forma de atuação, pode degradar o meio ambiente e dependendo da localidade receptora as atividades turísticas podem promover impactos socioespaciais marcantes e particularmente em áreas consideradas com mais fragilidade ambiental e/ou cultural. Dias (2012), complementa quando afirma que consequências surgem por meio de manejo incorreto de resíduos gerados, número elevado de visitação em ecossistemas mais frágeis e até mesmo na construção da infraestrutura para desenvolvimento das atividades turísticas.

Devido a isto, é notável a necessidade de planejar as atividades turísticas de forma sustentável. O turismo sustentável foi definido pela organização mundial de turismo - OMT

(2003, p. 24) como aquele que “atende as necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”.

Para Ruschmann (1997), grande parte dos espaços destinados a prática do turismo na natureza são literalmente invadidos, sem considerar os riscos das atividades e dos comportamentos individualistas por parte dos turistas sem considerar os riscos que sua presença (em massa) traz e os impactos causados não só para o meio ambiente, mas também para as populações locais e para o patrimônio histórico-cultural. Entretanto, Phillipi et al. (2004), afirmam que hoje em dia, as atividades turísticas já estão se desenvolvendo e expandindo, onde vários lugares já estão sendo explorados racionalmente seja para diversão e lazer, cultura ou até mesmo educação ambiental.

Para Nascimento et al. (2008), quando uma determinada organização incorpora as questões socioambientais ao seu planejamento estratégico, é necessário que seja inserida a variável socioambiental a todo processo gerencial, em outras palavras, é necessária a inclusão dos preceitos socioambientais ao longo dos processos de planejar, organizar, dirigir e controlar. Por isso o planejamento é fundamental e indispensável, pois é através deste que obtém um desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras.

De acordo com Irving et al. (2005), O caminho da sustentabilidade em planejamento turístico representa um processo contínuo de construção, que requer avaliação permanente, flexibilidade para mudanças e depende de uma concepção estratégica duradoura de desenvolvimento, apoiada numa interpretação interdisciplinar e integral da dinâmica regional transformando-se em um mecanismo para inclusão e transformação social.

É válido destacar que, promover o turismo sustentável não representa apenas controlar e gerenciar os impactos negativos produzidos das atividades turísticas. E sim, algo mais do que isso, o turismo na contemporaneidade ocupa uma posição de privilégio para a economia globalizada, gerando o desenvolvimento local com a preservação dos recursos ambientais e promove a responsabilidade social e cultural, que devem ser mutuamente reforçadas (IRVING et al., 2005).

“Embora até mesmo as análises mais convencionais reconheçam a necessidade de mudança, os acordos existentes pouco reconhecem abertamente que movendo em direção a uma sociedade sustentável exige mais do que pequenos ajustes nas práticas existentes”. (ROSELAND, 2000, p 126).

Por isso, surge a necessidade de criar de novas formas para gestão das atividades turísticas, que sejam construídas num modelo mais igualitário e mais justo, que considere a

sustentabilidade em todas as suas dimensões e que coloque a comunidade local no centro do planejamento, da execução e do monitoramento das atividades, respeitando o meio ambiente e permitindo a geração de emprego e renda para as populações locais. Pois, de fato, as práticas de planejamento e gestão sustentável do turismo são fatores de extrema importância para a sustentabilidade da região e a viabilidade do turismo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão apresentadas informações sobre como o pensamento foi estruturado e como a pesquisa foi conduzida. Descreve-se o método de pesquisa, como o instrumento de coleta de dados foi ajustado apresentando um conjunto de processos mediante os quais entendemos ser possível dissertar sobre o tema proposto.

3.1 Tipo da Pesquisa

O presente estudo tem como forma de abordagem o método qualitativo e possui como questão de pesquisa: ANALISAR A GESTÃO E RESPONSABILIDADE E SOCIOAMBIENTAL DA REDE TUCUM – CE, A PARTIR DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO. E como estratégia de pesquisa, será utilizado o estudo de caso na rede. O estudo de caso tem como característica, o entendimento de forma abrangente de um caso específico, com isso, não pode ter seus resultados apresentados de forma generalizada, e dispõe ao investigador o entendimento de um fenômeno social complexo, enquanto têm sua natureza seus aspectos preservados (YIN, 2001).

A utilização desta abordagem qualitativa deveu-se a fim de compreender e se aprofundar no entendimento de um grupo social ou de uma organização, assim não se preocupando com representatividade numérica (GOLDENBERG, 2005). Segundo Godoy (1995) os estudos qualitativos têm como finalidade estudar e analisar o mundo empírico em seu ambiente natural. Ainda de acordo com o autor, nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada.

A pesquisa ainda é classificada como um estudo descritivo. As pesquisas descritivas têm como objetivo principal estabelecer relações entre as variáveis e ainda, visa descrever as características de um determinado fenômeno ou população (Gil, 2008). Portanto, procura

abranjer aspectos gerais e amplos de um contexto social, o que possibilita o conhecimento das diversas situações e relações que ocorrem na vida social, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas, e com isso, descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre (CERVO, BERVIAN, SILVA, 2007).

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados jornais, e documentos acerca do tema. A pesquisa documental, que é o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando novas e/ou interpretações complementares (GODOY, 1995). Essa pesquisa ocorreu através de informativos, jornais, cartilhas, relatórios da rede de turismo, roteiros de viagem e *website* próprio do destino turístico com especificações a respeito da organização pesquisada.

Visando a compreensão ampla do que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados (GODOY, 1995). E nesse sentido, a pesquisa foi específica e assumiu a forma de um estudo de caso, em consonância com a pesquisa documental e aplicação de questionários realizados com o grupo estudado.

3.2 Coleta de Informações

Esta pesquisa está embasada na metodologia do SISDTur proposta por Hanai (2009), esta metodologia se caracteriza pela elaboração de um sistema de indicadores de sustentabilidade para a atividade turística e sua análise permite a obtenção de um diagnóstico da sustentabilidade do turismo a partir de um conjunto de seis dimensões, quais sejam: ambiental, social, econômica, cultural, turística e institucional. Neste trabalho foi adotado o SISDTur, fazendo uma adaptação nos parâmetros e nos critérios de análise para adequar a realidade e as características da rede. Eles tiveram que ser adaptados para serem respondidos pelos quatro gestores da rede, sem a utilização de dados quantitativos, pois se buscou avaliar o momento da organização, introduzindo questões relacionadas à percepção dos respondentes.

O período de coleta de dados ocorreu durante o mês de junho de 2015 e encerrou no mês de julho. Os dados foram coletados mediante questionários fechados enviados via e-mail aos quatro gestores da rede Tucum, com repostas retornadas pelos participantes no prazo acordado. A rede conta com treze comunidades, onde cada comunidade tem seu grupo gestor representada por um coordenador local. No entanto existe um escritório central formado pelos quatro gestores que coordenam a rede Tucum e está localizado em fortaleza.

Além do questionário, utilizou-se como instrumento de coleta de dados, jornais e documentos acerca do tema. Essa pesquisa ocorreu através de informativos, jornais, cartilhas, relatórios da rede e roteiros de viagem com especificações a respeito da organização pesquisada.

Assim, foram utilizados dois métodos de coleta de dados nesta pesquisa, são eles: aplicação de um questionário estruturado (VERGARA, 2000), levando em consideração a visão dos gestores da rede, estes caracterizados como dados primários e a pesquisa documental e bibliográfica que se considerou como informações secundárias, também foram criados os critérios de análises dos indicadores.

Tomando como base o sistema de indicador de sustentabilidade proposto por Hanai (2009), foi realizada uma análise das variáveis que compõem as dimensões da sustentabilidade do turismo, possibilitando o entendimento sobre cada uma delas e relacionando-as com as características da rede Tucum - CE, no sentido de selecionar e adaptar os indicadores para a pesquisa, de modo que o instrumento de coleta de dados não seja tão extenso e cansativo para os respondentes. Para isso, utilizou apenas as dimensões: econômica, social, cultural e ambiental com os dados analisados e categorizados de acordo com as dimensões.

3.3 Seleção e adaptação do instrumento de coleta de dados

Para analisar a gestão socioambiental da organização através da visão dos gestores, foi elaborado um questionário com questões fechadas, subdividido em duas partes, onde a primeira é formada apenas por quatro dimensões das seis propostas na metodologia SISDTur, levando em consideração a realidade da rede Tucum – CE e a participação dos gestores. Definiu-se, então este questionário como instrumento de pesquisa para avaliar a gestão socioambiental da rede Tucum através dos indicadores de sustentabilidade para o turismo proposto por Hanai (2008).

Esta primeira parte do questionário é composto por 18 questões fechadas de múltipla escolha e para isso as avaliações foram feitas a partir de escalas do tipo Likert (VERGARA, 2000), graduadas em um *continuum* de 1 a 5, para a escala de importância os graus de variação são: 1 = discordo totalmente, 2 = discordo parcialmente, 3 = neutro, 4 = concordo parcialmente e 5 = concordo totalmente.

Para isso, utilizou apenas as dimensões: econômica, social, cultural e ambiental com os dados analisados e categorizados de acordo com as dimensões e também foram elaboradas afirmativas a respeito da gestão da responsabilidade socioambiental, cruzando as informações a fim de analisar se as questões socioambientais estão incorporadas no planejamento e em suas estratégias como também na execução das atividades turísticas da rede Tucum.

São mostradas no quadro 3.1 a seguir, as dimensões abordadas nesta pesquisa, seus descritores, bem como cada indicador utilizado para obtenção dos dados.

Quadro 3.1: Indicadores e descritores das dimensões da sustentabilidade

DIMENSÃO AMBIENTAL	
Descritores	Indicadores
Gestão da água	Existe programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água na região que abrange a rede.
	Existe monitoramento para verificar a qualidade da água.
Gestão dos resíduos sólidos	Existe programa de redução da quantidade de resíduos sólidos na rede.
	Existe coleta seletiva de resíduos sólidos e processo de reciclagem.
	Existe uma boa quantidade de resíduos sólidos reciclados.
Gestão e monitoramento do consumo de energia	Existe programa de redução do consumo de energia.
	Existe utilização de energia renovável pelos empreendimentos que abrange rede.
Tratamento de esgotos	Existe processo de tratamento de esgotos.
Áreas naturais preservadas	Existem áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação.
DIMENSÃO CULTURAL	
Descritores	Indicadores
Produtos típicos culturais locais	Existe grande quantidade de produtos típicos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenirs) de modo a contribuir para o aumento da economia local.
Manifestações culturais típicas	Existe grande quantidade de eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais, religiosas típicas realizadas pelas comunidades.
DIMENSÃO SOCIAL	
Descritores	Indicadores
Inserção de residentes locais no setor turístico	Existe um número considerável de residentes locais empregados nos estabelecimentos do destino turístico
	Existem residentes locais com capacitação em turismo
DIMENSÃO ECONÔMICA	
Descritores	Indicadores
Rentabilidade	A atividade turística gera emprego e renda para a população local.
Longevidade	Os estabelecimentos turísticos existem a um bom tempo de permanência.
Disponibilidade de funcionamento	Os estabelecimentos turísticos funcionam periodicamente, incluindo finais de semana e feriados.
Investimentos em turismo	Os investimentos anuais em turismo são equilibrados e atendem ao aumento da demanda.
	Existem iniciativas que favorecem o surgimento de novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos.

Fonte: Adaptado de Hanai (2009)

Neste sentido, para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionados os indicadores que são relevantes para a atividade turística local. Como também foram realizadas algumas adaptações no modelo do SISDTur proposto por Hanai (2009).

Na segunda parte do questionário foram elaboradas 10 afirmativas onde os gestores da rede também atribuíram níveis de concordância ou discordância de acordo com as afirmativas feitas a respeito do planejamento e gestão socioambiental, conforme é apresentado no quadro 3.2 a seguir:

Quadro 3.2: Indicadores do planejamento e gestão socioambiental

Responsabilidade Socioambiental	
Planejamento e Estratégias Socioambientais	Existência de plano de gestão ambiental definido;
	Existência de plano de gestão dos resíduos produzidos;
	Existência de metas a curto, médio e longo prazo de forma sustentável.
	Incorporação de questões socioambientais no planejamento estratégico.
	Desenvolvimento de estratégias e políticas para a proteção do meio ambiente
	Compromisso socioambiental nas estratégias corporativas.
Gestão Socioambiental	Existência de instalações e estruturas de minimização dos impactos do turismo.
	Existência de Área/profissional com função específica na área socioambiental.
	Existência de programas direcionados a orientar os visitantes quanto às questões social e/ou ambiental.
	Adoção de práticas e/ou políticas que contribuam para erradicação do trabalho escravo ou trabalho infantil.

Quadro: Elaboração própria, 2015

Para a análise das respostas dos diferentes gestores da rede Tucum - CE, considerando que participaram da pesquisa os quatro gestores da rede, fez-se necessário obter um critério de análise dos dados primários que seguiu a seguinte lógica:

A – Se o indicador apresentou 100% em nível de concordância da afirmativa pelos gestores pesquisados este foi considerado sustentável;

B – Se o indicador apresentou entre 50% e 75% em nível de concordância da afirmativa pelos gestores pesquisados este foi considerado potencialmente sustentável;

C – Se o indicador apresentou 100% em nível de discordância da afirmativa pelos gestores pesquisados este foi considerado insustentável;

D – Se o indicador apresentou entre 50% e 75% em nível de discordância da afirmativa pelos gestores pesquisados este foi considerado parcialmente insustentável;

Através das etapas descritas foi possível analisar a sustentabilidade do destino turístico da rede Tucum – CE, com a participação dos gestores da rede a fim de contribuir para o desenvolvimento local sustentável.

3.4 Caracterização da Organização

A pesquisa foi realizada na rede Tucum, situada na região do litoral do Estado do Ceará. A rede é uma articulação formada, em 2008, por representantes de populações indígenas, pescadores e agricultores de entidades e comunidades da zona costeira do Ceará e busca o fortalecimento da proposta de turismo comunitário.

É considerada como um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará e voltado para a construção da relação entre sociedade, cultura e meio ambiente que busque a sustentabilidade socioambiental. “Vale destacar que o crescimento do setor de turismo está associado à geração de empregos para a comunidade local, onde vivem agricultores, pescadores, marisqueiros, indígenas e artesãos” (TUCUM, 2015).

Além de oferecer algo considerado autêntico, como a gastronomia, o artesanato, a história da comunidade e seus costumes são considerados atrativos para os turistas. É oferecido para o mercado um produto turístico de qualidade, projetado para a interação entre povos e culturas e também busca proteger e valorizar a cultura local e seus territórios, no que se trata a variável econômica o turismo está integrado às atividades tradicionais de agricultura e pesca e a fim de produzir recorrentes benefícios a toda comunidade (TUCUM, 2015).

A rede Tucum está embasada em dois grandes objetivos: A promoção de formas de ofertas turísticas, visando a permanência das populações tradicionais em seu território, pois existe há décadas um acentuado processo de expulsão das populações costeiras. A possibilidade de continuidade das atividades econômicas tradicionais, como a pesca e a agricultura e oferecer, aos viajantes de todo o mundo, a oportunidade de conhecerem a região e suas paisagens fascinantes e as populações que nelas vivem, bem como suas culturas.

A rede Tucum está localizada no litoral do Ceará e conta com o apoio institucional de duas ONGs - Instituto Terramar (Brasil) e Associação Tremembé (Itália), dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza, que compreende a Associação Mulheres em Movimento (Conjunto Palmeiras, Fortaleza) e o Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto (MST- Fortaleza). E a participação de mais onze comunidades costeiras em

diferentes municípios, entre os membros das comunidades estão, indígenas, pescadores, agricultores e moradores de assentamentos rurais.

Atualmente, as comunidades que compõe a rede são: Etnia Índigena Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Batoque (Aquiraz), Ponta Grossa (Icapuí), Tremembé (Icapuí), Curral Velho (Acarau), Etnia Tapeba (Caucaia), Flecheiras (Trairi), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Caetanos de Cima (Amontada), Tatajuba (Camocim).

A Figura 3.1 apresenta os lugares onde estão localizadas as comunidades que fazem parte da rede de turismo.



Figura 3.1: Localização da rede Tucum no estado do Ceará
Fonte: Tucum (2015)

A rede conta com treze comunidades, onde cada comunidade tem seu grupo gestor representada por um coordenador local. Tosun (2000) destaca a importância da autonomia de uma comunidade quando afirma que, para uma participação da comunidade de forma significativa necessita de uma autonomia local sistemática, através do qual as comunidades devem trazer à luz as possibilidades de exercer escolha e, assim, tornar-se capaz de manipulação de seu próprio desenvolvimento. Para o autor, as medidas devem garantir a igualdade de tratamento dos todos os residentes devendo resolver os problemas existentes e não criar outros problemas ou moldar a forma de problemas que se verificam.

O quadro 3.1 a seguir, apresenta as comunidades, o número aproximado de habitantes, bem como o meio de subsistência e os produtos e serviços oferecidos por cada comunidade após a estruturação da rede Tucum.

Quadro 3.1: Comunidades, número de habitantes e fontes de renda.

Comunidades	Habitantes	Meio de Subsistência	Produtos e Serviços Oferecidos
Jenipapo-Kanindé	350 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura familiar; • Pesca na Lagoa; • Produtos artesanais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hospedagens em forma de camping. • Realização de trilhas ecológicas na mata; • Refeições na palhoça - o Cantinho do Jenipapo
Batoque	320 famílias; Aproximadamente 1.200 pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • A pesca artesanal; • Agricultura de subsistência; • Cultivo coletivo de batatas. • Artesanato. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hospedagens em pousada comunitária; • Passeio pela lagoa; • Trilhas ecológicas e visitas ao manguezal; • Almoços em barracas a beira da praia e lagoa;
Ponta Grossa	250 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • A pesca artesanal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Restaurantes a beira da praia; • Hospedagens e Trilhas ecológicas; • A Estadia em chalés e pousadas familiares da comunidade.
Tremembé	Aproximadamente 350 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Pesca. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hospedagens na pousada Tremembé; • Passeios de barcos e passeio pelas dunas.
Curral Velho	3000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades tradicionais da pesca, mariscagem; • Agricultura de subsistência; • Produtos artesanais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de hospedagem • Passeios de barcos; • Trilhas ecológicas.
Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto (MST)	_____	<ul style="list-style-type: none"> • Hospedagem solidária; • Alimentação; • Aluguel de salas para reuniões; • Auditório e estrutura para eventos de até 200 pessoas. 	
Associação Mulheres em Movimento (ConjuntoPalmeiras)	cerca de 200 associadas e 32 mil habitantes no Conjunto Palmeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Hospedagem solidária e alimentação no Conjunto Palmeiras - local da associação. 	
Tapeba	6.439 indígenas que vivem distribuídos em 17 comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de hospedagem; • Peças de artesanato indígena; • Rica culinária local; • Além de presenciar danças e rituais Tapeba. 	
Flecheiras	4000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Prática da pesca artesanal, da coleta de algas e o turismo são as principais atividades econômicas dessa gente criativa que vive à beira mar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Hospedagens; • Cultivo de algas marinhas para servir como fonte de alimento; • Produtos artesanais e cosméticos derivados de algas marinhas.
Assentamento	61 famílias	<ul style="list-style-type: none"> • Produção e venda de 	<ul style="list-style-type: none"> • Exótico passeio de

Coqueirinho		cosméticos naturais (em especial a base de nim); • Cultivos de hortas orgânicas; • Sistema agro-florestal e apiário; • Banco de sementes.	charrete puxada a boi; • Hospedagens, Passeios e trilhas ecológicas; • Refeições com produtos orgânicos lá mesmo produzidos; • Espetáculo do grupo de teatro ou dança folclórica
Prainha do Canto Verde	Aproximadamente 1.552 habitantes	• A pesca; • A agricultura; • O artesanato, com a maior parte produzido pela mulheres e jovens.	• Navegar num catamarã a vela ou nas típicas embarcações de pescadores (jangadas); • Hospedagens, Passeios e trilhas ecológicas;
Caetanos de Cima	55 famílias	• A agricultura familiar • A pesca artesanal.	• Hospedagens, Passeios e trilhas ecológicas; • Luais e incentivos a atividades culturais;
Tatajuba	Aproximadamente 1.000 moradores	• Pesca à linha a bordo de canoas	• Serviços de hospedagem; • Alimentação e passeios.

Fonte: Elaboração própria (2015).

A partir do apresentado é possível perceber, através a estruturação da rede e o desenvolvimento de uma gestão mais elaborada, que as comunidades vêm desenvolvendo as atividades turísticas de forma participativa e comunitária, tais como, hospedagem domiciliar, pousadas, restaurantes, passeios e trilhas ecológicas. Logo pode-se observar a incorporação do turismo às atividades tradicionais com a finalidade de produzir recorrentes benefícios à comunidade.

Constata-se ainda a continuação dos meios de subsistência tradicionais, baseados na agricultura familiar, na pesca e no artesanato. À medida que a rede se fortalece, identifica-se o desenvolvimento de atividades de turismo e as comunidades puderam expandir seus produtos e serviços.

Para Vasconcelos e Coriolano (2008), a expansão urbana inicial no litoral do estado do Ceará deu-se principalmente a partir da segunda metade do século XX e provocou impactos socioambientais de diversas naturezas, a maioria das pequenas cidades e povoados se desenvolveu a partir de comunidades de pescadores artesanais. Com isso, não satisfeitos com as propostas do turismo convencional, os moradores das comunidades estão vivenciando a experiência de turismo comunitário e acreditando que é mais uma opção de emprego e renda para as comunidades do litoral, sem a necessidade da destruição do meio ambiente e das culturas locais.

Sobre a metodologia de trabalho da rede Tucum, de acordo com rede TURISOL (2011), houve um aprofundamento no tema da gestão de negócios no turismo comunitário a

partir de oficinas e várias ferramentas de gestão, onde há inclusão de exercícios práticos para elaboração e planejamento de custos de serviços e produtos, compra de materiais e, estratégias de como efetuar o registro de receitas e despesas, como também a elaboração fichas de hospedagem e ficha de avaliação dos visitantes.

Segundo Fernandes, (2006), na Prainha do Canto Verde, comunidade que faz parte da rede, localizada no litoral leste do Ceará, município de Beberibe (a 100 km de Fortaleza), a opção dos pescadores para continuidade de vida da população local foi o turismo comunitário. No final dos anos 90, eles criaram uma cooperativa para promover o turismo, onde os próprios moradores da comunidade atuam como guias para as trilhas ecológicas e fazem a recepção dos turistas e não oferecem só suas casas como pousada aos visitantes, há também passeios em jangadas e comida caseira (FERNANDES, 2006). Através da união e troca de experiências é possível fortalecer as iniciativas existentes e despertar outras comunidades para a construção de o turismo comunitário.

De acordo com Maldonado 2005, apud Ribeiro 2009, turismo comunitário é entendido como uma forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão dos recursos comunitários, como o arranjo das práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos, com vista a fomentar encontros interculturais de qualidade com visitantes.

Corroborando, Vasconcelos e Coriolano (2008), entendem o turismo comunitário como aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo.

Ribeiro (2009) complementa quando afirma que o turismo comunitário deve além de atrair turistas e excursionistas, gerar benefícios às comunidades ou aos grupos de atores sociais locais e tem como característica a preservação do patrimônio ambiental e cultural da região e, além disso, observa-se a manutenção da identidade por meio da sobrevivência de maneiras simples e dignas de viver, em que o sustento está baseado em atividades rurais ou pesqueiras e os valores morais como a confiança e a solidariedade são à base das relações.

Para Duarte (2013) o fortalecimento do turismo comunitário vem a partir da articulação em rede, estratégias de marketing diferenciadas, inclusão das mulheres e jovens, a formação da oferta de serviços de guia turístico, recepção, artesanato e alimentação e principalmente no fortalecimento da base comunitária local com intuito de gerar um sentimento de pertencimento e busca de solucionar os problemas locais.

A rede Tucum tem estruturado estratégias coletivas de superação dos desafios e parcerias que permitam avançar em pontos importantes para o desenvolvimento do turismo comunitário na região com a finalidade de dar continuidade das atividades, a com isso a rede promove:

- Processos de formação de sujeitos na perspectiva de conscientização e criação de lideranças comunitárias e de desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o desenvolvimento do turismo;
- Melhoria das infraestruturas turísticas;
- Melhoria das infraestruturas básicas;
- Construção de estratégia de marketing e promoção dos produtos e serviços turísticos comunitários;
- Relação com os organizadores e operadores de viagens e a comercialização do turismo comunitário e solidário;
- Articulação e trocas com outras redes no Brasil e no exterior que estão construindo o turismo comunitário solidário.

De acordo com Borges (2011), O turismo comunitário surge como uma nova proposta, pois ao mesmo tempo em que trabalha o turismo como um fator de inclusão social e de melhora para a comunidade, consegue inseri-la como participante ativa deste planejamento, que garante a conservação do modo de vida das comunidades através de seus costumes e tradições e assim age fortalecendo a luta em defesa da terra.

Portanto, é verificado como é ampla a capacidade do turismo comunitário na rede Tucum gerar efeitos positivos para as comunidades e região. Pois, mesmo preservando as características das comunidades, a rede gera emprego e renda para a população local, contribui para a continuação dos povos nas comunidades e melhora da qualidade de vida, promovendo assim, o desenvolvimento econômico e social.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresenta-se a análise do nível de sustentabilidade da atividade turística da rede Tucum - CE baseado na aplicação da metodologia do SISDTur, ressaltando o ponto de vista dos gestores da rede quanto ao nível de concordância ou discordância a respeito das

afirmativas realizadas aos indicadores, bem como as afirmativas elaboradas pelo pesquisador. Através dos indicadores foi possível encontrar os seguintes resultados:

4.1 Dimensão ambiental

Esta dimensão da sustentabilidade busca analisar as interferências da atividade turística e sua relação com o meio ambiente. De acordo com Mendes (2009), quanto maior forem as modificações realizadas pelo homem na natureza menor sua sustentabilidade ambiental, da mesma forma que, quanto menor a interferência humana na natureza, maior sua sustentabilidade. Os indicadores ambientais permitem mensurar os impactos causados pelo turismo no meio ambiente e influenciam os empreendimentos turísticos utilizar práticas sustentáveis.

O quadro a seguir apresenta a análise dos 09 indicadores dessa dimensão levando em consideração as afirmativas dos gestores da organização pesquisada.

Quadro 4.1 - Resultados da dimensão ambiental – dados primários

Indicador	Nível de discordância/concordância dos gestores					Resultado
	DT	DP	N	CP	CT	
Existe programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água na região que abrange a rede.				100%		Sustentável
Existe monitoramento para verificar a qualidade da água.		25%		75%		Potencialmente Sustentável
Existe programa de redução da quantidade de resíduos sólidos na rede.	25%	50%		25%		Parcialmente Insustentável
Existe coleta seletiva de resíduos sólidos e processo de reciclagem.	25%	50%			25%	Parcialmente Insustentável
Existe uma boa quantidade de resíduos sólidos reciclados.	50%	25%			25%	Parcialmente Insustentável
Existe programa de redução do consumo de energia.	50%	25%		25%		Parcialmente Insustentável
Existe utilização de energia renovável pelos empreendimentos que abrange rede.	25%			75%		Potencialmente Sustentável
Existe processo de tratamento de esgotos.		25%		50%	25%	Potencialmente Sustentável
Existem áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação.				25%	75%	Sustentável

Fonte: Coleta de dados (2015)

Com base nos valores encontrados através dos questionários respondidos pelos gestores da rede tucum e expostos no quadro, segue a análise de cada um dos indicadores que compõe a dimensão ambiental.

4.1.1 Gestão da Água

Em relação ao **Programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água**. Entende-se que a água como um elemento fundamental para a vida, para o meio ambiente e para a economia. É de extrema importância a implantação de programas de redução do desperdício e reuso de água pelas atividades turísticas ou por qualquer outra atividade que utiliza os recursos hídricos em seus processos e por meio da otimização do seu uso tem por finalidade a redução dos volumes de água captados importante para a preservação desses recursos e para o desenvolvimento sustentável. Segundo as respostas dos gestores da rede, 100% dos gestores afirmam que a rede possui programa para redução consumo e desperdício e reuso de água destinada aos empreendimentos turísticos e à comunidade local, por isso este indicador considera-se sustentável.

O Brasil tem uma das maiores reservas de água doce do mundo. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2015), 97,5% de toda água na Terra é salgada, e está nos mares e oceanos, e apenas 2,5% é doce, sabe-se que da parcela de água doce, 68,9% congelada nos polos Sul e Norte e geleiras no alto de montanhas, 29,9% são águas subterrâneas, 0,9% compõe a umidade do solo e dos pântanos e apenas 0,3% constitui a porção superficial de água doce presente em rios e lagos. Devido a isso para o desenvolvimento sustentável local, é de extrema importância preservar e **monitorar a qualidade da água**. De acordo com os gestores esse indicador considera-se potencialmente sustentável.

4.1.2 Gestão dos resíduos sólidos

Gerenciar os resíduos sólidos significa realizar um conjunto de ações capazes de solucionar o problema de destinação de todo material descartado. A própria palavra lixo não serve mais para definir o material descartado diariamente pelas residências. É assegurado que qualquer que seja o resíduo sempre haverá uma destinação mais adequada para ele do que simplesmente descartar no meio ambiente. Reduzir sua quantidade contribui muito para a preservação do meio ambiente e para isso é necessária a efetivação de um **programa de redução da quantidade de resíduos sólidos**. Pois e sabe que os Resíduos afetam a qualidade de vida das pessoas desde a sua produção até o seu destino final. Segundo as informações dos gestores não é considerada a existência de nenhum programa de redução da quantidade de resíduos sólidos. Nesse sentido para os critérios de análises, este indicador é considerado

parcialmente insustentável, pois a maioria dos gestores reconhece que não existe programa de redução da quantidade de resíduos sólidos por parte dos órgãos responsáveis na região.

É necessário o entendimento da importância de descartar os resíduos sólidos corretamente, ou seja, de maneira responsável, tem-se na concepção popular de que lixo é tudo que não nos serve mais e tem que ser descartado. Contudo, o que o senso comum julga ser lixo, constitui-se como material que pode ser reciclado. Através do processo da reciclagem, os materiais separados poderão ser reutilizados como matéria-prima para a fabricação de um novo produto. A **coleta seletiva de resíduos sólidos e processo de reciclagem** contribui bastante para a preservação do meio ambiente e ao mesmo tempo aumentam a qualidade de vida da comunidade local. Contudo, mesmo sabendo dos benefícios da coleta seletiva, segundo as informações dos gestores não há efetivação de processos de reciclagem e coleta seletiva. De acordo com os critérios da dimensão analisada, este indicador é considerado parcialmente insustentável.

Quanto aos **resíduos sólidos reciclados**, segundo o IPEA (2012), existem diversos motivos que fazem com que todo resíduo sólido gerado não seja coletado de forma apropriada, tais como: disposição irregular, coleta informal ou insuficiência do sistema de coleta pública. Resíduos não coletados ou dispostos em locais inadequados favorecem a proliferação de vetores de doenças, pois acabam levando substâncias contaminantes para o solo e para os lençóis freáticos, causando a poluição do solo, da água e do ar. A relação entre a quantidade de lixo produzido e a quantidade de lixo coletado se traduz em um indicador de extrema relevância. De acordo com as respostas dos gestores, este indicador apresenta-se parcialmente insustentável.

4.1.3 Gestão e monitoramento do consumo de energia

O desenvolvimento humano está fortemente associado ao uso da energia. Um **programa de redução de energia** obtém resultados positivos a partir da conscientização de toda população local e possibilite que a comunidade participe incentivada pelo consumo eficiente. O uso racional busca o máximo de desempenho com o mínimo de consumo. Reduzir a quantidade de energia contribui para desenvolvimento local sustentável. De acordo com a visão dos gestores, este indicador encontra-se parcialmente insustentável, pois 75% dos gestores concordaram que não existe esse tipo de programa nas comunidades que abrange a rede.

A geração **energia renovável** tem origem em fontes naturais que possuem capacidade de renovação, ou seja, não se esgotam. Sabe-se que as fontes de energias renováveis, no geral, causam um pequeno impacto ao meio ambiente. Portanto, são excelentes alternativas para geração de energia. Segundo os dados primários, os gestores concordam que existe utilização de energia renovável por alguns empreendimentos que abrange rede, portanto na visão dos gestores, esse indicador considera-se potencialmente sustentável.

4.1.4 Tratamento de esgotos

A existência de **processos de tratamento de esgotos** é essencial para atender aos padrões de saúde e qualidade ambiental para população local. Sua existência traz vantagens para o meio ambiente como também é fundamental para evitar doenças que são causadas por água ou esgoto com tratamento inadequado. De acordo com os dados primários, os gestores concordam que existem processos de tratamento de esgotos na região que abrange a rede. Para a dimensão ambiental esse indicador considera-se potencialmente sustentável.

4.1.5 Áreas Naturais preservadas

Os efeitos indesejáveis do processo de urbanização sem planejamento, através do uso indevido dessas áreas como a ocupação irregular para implantação de infraestruturas ou em razão da ampliação das suas áreas para o cultivo agrícola, entre outros. As matas têm sido ameaçadas e estes efeitos tende a reduzi-las e degradá-las cada vez mais. Nesse sentido, a preservação dos recursos naturais tem relevante importância para a conservação da qualidade ambiental e assim assegurar o bem estar das populações, e assim alcançar o desenvolvimento sustentável local. Segundo as informações fornecidas pelos gestores, existem **Áreas preservadas recuperadas ou em processo de recuperação** nas comunidades locais, por isso este indicador apresenta-se como sustentável.

Após a análise da dimensão ambiental, verifica-se que 02 indicadores foram considerados sustentáveis, 03 indicadores foram considerados potencialmente sustentáveis e 04 indicadores como parcialmente insustentáveis. Portanto, constata-se que ainda há caminhos para se chegar à sustentabilidade ambiental do turismo na rede Tucum.

4.2 Dimensão Cultural

Esta dimensão busca mensurar os efeitos positivos e negativos ocasionados pela atividade turística no meio cultural de uma região como também serve de apoio para as comunidades, gestores e o setor do turismo nas tomadas de decisões que minimizem problemas futuros.

Esses indicadores influenciam na continuidade e preservação da identidade cultural das comunidades através dos empreendimentos turísticos que se utiliza de práticas sustentáveis. O quadro a seguir apresenta a análise dos dois indicadores dessa dimensão levando em consideração as afirmativas dos gestores da organização pesquisada.

Quadro 4.2 - Resultados da dimensão cultural – dados primários

Indicador	Nível de discordância/concordância dos gestores					Resultado
	DT	DP	N	CP	CT	
Existe grande quantidade de produtos típicos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenirs) de modo a contribuir para o aumento da economia local.		25%		25%	50%	Potencialmente Sustentável
Existe grande quantidade de eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais, religiosas típicas realizadas pelas comunidades.		25%		50%	25%	Potencialmente Sustentável

Fonte: Coleta de dados (2015)

Com base nos valores encontrados através das respostas dos gestores e expostos no quadro, segue a análise de cada um dos indicadores que compõe a dimensão cultural.

4.2.1 Produtos típicos culturais locais

A atividade turística em uma dada localidade deve oferecer aos viajantes de todo o mundo não só a oportunidade de conhecerem sua cultura através de e suas paisagens e dos costumes das populações que nelas vivem, mas também através seus produtos típicos, tais como artesanatos, produtos alimentícios, dentre outros, como uma forma de divulgação e preservação da cultura local. Sua oferta estimula a criação de empregos e melhora a renda da população local. Segundo as informações dos gestores **Existe grande quantidade de produtos típicos locais**, por isso este indicador encontra-se potencialmente sustentável.



Figura 4.1: Blusas com apliques artesanais.
Fonte: Prainha do canto verde (2015)

Pode-se constatar através da figura 4.1, a presença de produtos artesanais feitos com retalhos de tecidos e transformados blusas, como também na figura 4.2 constata-se a presença de loja nas comunidades para venda de seus produtos.



Figura 4.2: Loja de artesanato bodega
Fonte: Prainha do canto verde (2015)

O artesanato da comunidade Prainha do Canto Verde é uma arte que acontece desde seus primeiros moradores, onde os pescadores artesanais já possuíam a arte de construir suas jangadas artesanais e as mulheres também fabricavam produtos artesanais. Contudo, ainda hoje estas artes são preservadas e pode-se observar nas figuras 4.1 que outras artes também estão presentes na comunidade, como o aplique em blusas, painéis, marca textos, livro de panos, porta CD, fantoches, bolas, dados, que retalhos de tecidos são transformados em arte. Os moradores da comunidade também trabalham com pintura em tecidos e em telas e também com sobras de madeira e a quenga do coco.

4.2.2 Manifestações culturais típicas

É através da realização de eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas que há valorização da cultura tradicional local e viabilizam a divulgação da cultural local pelas comunidades. Foi informado pelos gestores da rede que existem eventos culturais realizados nas comunidades locais, apresentando assim, respeito às tradições e cultura local. Deste modo, para o indicador que analisa a **quantidade de eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais**, este se apresenta como potencialmente sustentável. Os gestores ainda informam que é oferecido para o mercado um produto turístico de qualidade, projetado para a interação entre povos e culturas que também busca proteger e valorizar a cultura local e seus territórios. Como se pode observar nas figuras a seguir constata-se a existência de festividades populares tradicionais.



Figura 4.3: Folder de divulgação da festividade cultural realizada na comunidade Tatajuba.

Fonte: Tucum (2015)

Todos os anos e com temas diferentes é realizada a regata ecológica de canoas de Tatajuba, sempre voltada para as lutas da comunidade e organizada pela ACOMOTA, este evento reúne a experiência e sabedoria dos pescadores e pescadoras numa bela competição no mar entre as canoas da comunidade e além da tradicional largada das canoas, a programação ainda prevê quermesse, contação de histórias, concurso de forró e palestra com pescadores.

Como se pode observar na figura 4.4, há outras formas de valorização cultural proposta por outras comunidades pertencentes à rede.



Figura 4.4: Folder de divulgação da festividade cultural realizada na comunidade Jenipapo-Kanindé
Fonte: Tucum (2015)

Com o objetivo de preservar identidade étnica indígena da comunidade, todo ano ocorre a festa do Museu Indígena Jenipapo-Kanindé, onde a identidade étnica indígena é preservada através das apresentações culturais, rituais indígenas, pratos tradicionais típicos da comunidade e além disso, palestras e rodas de conversa.

A partir do apresentado, os dois indicadores da dimensão cultural foram considerados como potencialmente sustentáveis. Diante desse contexto, a rede demonstra sustentabilidade cultural nas suas ações como forma de valorizar, resgatar e manter a cultura local. Onde cada comunidade tem seus hábitos e atividades bem definidos.

4.3 Dimensão social

A dimensão social corresponde, especialmente, à melhoria da qualidade de vida e justiça social ligada à satisfação das necessidades humanas (VAN BELLEN, 2005). Para o turismo, os indicadores desta dimensão buscam avaliar o nível de sustentabilidade do meio social em relação às atividades turísticas. Pois, a contribuição para o desenvolvimento local sustentável ocorrerá através da contribuição da atividade turística em melhorar a qualidade de vida e satisfação das necessidades da população local e assim, minimizar os índices negativos sociais.

O quadro a seguir apresenta a análise dos 02 indicadores dessa dimensão, levando em consideração as afirmativas dos gestores da organização pesquisada.

Quadro 4.3 - Resultados da dimensão social – dados primários

Indicador	Nível de discordância/concordância dos gestores					Resultado
	DT	DP	N	CP	CT	
Existe um número considerável de residentes locais empregados nos estabelecimentos do destino turístico.		25%		50%	25%	Potencialmente Sustentável
Existem residentes locais com capacitação em turismo.				75%	25%	Sustentável

Fonte: Coleta de dados (2015)

Com base nos valores encontrados através das respostas dos gestores e expostos no quadro, segue a análise de cada um dos indicadores que compõe a dimensão social.

4.3.1 Inserção de residentes locais no setor turístico

A geração de emprego na atividade turística para os residentes locais influencia de forma positiva para o desenvolvimento na perspectiva tanto social, quanto econômica, pois **com os residentes locais empregados nos estabelecimentos do destino turístico** haverá aumento na capacidade econômica da população. De fato, essa capacidade econômica é determinada pelas atividades de acesso a emprego que também é uma forma de inclusão social. De acordo com os dados primários, na visão dos gestores da organização, este indicador encontra-se potencialmente sustentável.

Um meio de se desenvolver as atividades turísticas de forma planejada e organizada é com a existência treinamento e **capacitação em turismo para residentes locais**. De acordo com as informações disponibilizadas pelos gestores da rede, este indicador encontra-se sustentável, pois todos concordaram que existe grande quantidade de residentes locais com algum tipo de capacitação da área de turismo. Este resultado corrobora Borges (2011) quando afirma que a capacitação profissional para os moradores envolvidos com o turismo, melhora a oferta dos serviços, como hospedagem, alimentação e atrativos culturais através da criação de novas perspectivas, que oferecem um maior conforto ao visitante.

Como se pode observar na figura 4.5 a seguir, constata-se existência de capacitações em turismo para os residentes das comunidades locais visando o melhoramento das relações comerciais e sociais.



Figura 4.5: Folder de divulgação da escola popular de turismo comunitário
Fonte: Tucum (2015)

A Escola Popular de Turismo Comunitário é uma iniciativa de formação de jovens de comunidades da zona costeira do Ceará para o trabalho com o Turismo Comunitário, a partir da referência da Educação Popular, situando-a como atividade estratégica na defesa dos direitos a terra, à água, à pesca e ao território das populações tradicionais costeiras. Através de uma série de módulos de formação para a juventude, a escola busca construir estratégias para fortalecer a inserção dos jovens no turismo comunitário.

4.4 Dimensão econômica

Esta dimensão engloba a geração de trabalho de forma digna e possibilita uma melhor distribuição de renda, promovendo o desenvolvimento das potencialidades locais e da diversificação de setores, portanto a sustentabilidade econômica vai além do acúmulo de riquezas, bem como o crescimento econômico (MENDES 2009). Para o turismo, esta dimensão busca caracterizar de forma clara as consequências do turismo na economia local e estabelece a ligação entre as políticas no âmbito do turismo e o desenvolvimento econômico sustentável.

Quadro 4.4 - Resultados da dimensão econômica – dados primários

Indicador	Nível de discordância/concordância dos gestores					Resultado
	DT	DP	N	CP	CT	
A atividade turística gera emprego e renda para a população local.				75%	25%	Sustentável

Os estabelecimentos turísticos existem a um bom tempo de permanência (Longevidade).		25%	25%	50%		Potencialmente Sustentável
Os estabelecimentos turísticos funcionam periodicamente, incluindo finais de semana e feriados.				50%	50%	Sustentável
Os investimentos anuais em turismo são equilibrados e atendem ao aumento da demanda.	75%		25%			Parcialmente Insustentável
Existem iniciativas que favorecem o surgimento de novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos.	25%	25%	25%	25%		Parcialmente Insustentável

Fonte: Coleta de dados (2015)

Com base nos valores encontrados através dos questionários e expostos no quadro, segue a análise de cada um dos indicadores que compõe a dimensão social.

4.4.1 Rentabilidade

Para Lage e Milone (1998), um dos principais resultados do turismo para a população local trata-se da geração de emprego, visto que o turismo tem potencial para significativo para geração de emprego. Os autores ainda afirmam que três categorias de empregos podem surgir com o desenvolvimento do turismo, empregos diretamente relacionados com o funcionamento do turismo; empregos resultantes do desenvolvimento do turismo, como setor de transportes, na agricultura, nos bancos etc.; empregos indiretos que surgem como consequência do montante de recursos acumulados pelos residentes locais. Portanto, o turismo sendo bem planejado visando o desenvolvimento sustentável local gera emprego e renda em todos os setores da economia desde o setor primário ao setor terciário. De acordo com as respostas e na visão dos gestores da rede, este indicador apresenta-se sustentável, pois todos os gestores da rede consideram **a atividade turística gera emprego e renda para a população local** e que grande parte da população local desempenha alguma atividade relacionada ao turismo, assim, gerando empregos diretos e indiretos e melhora as condições de vida dos residentes. Segundo um dos gestores, após a estruturação da rede observa-se a criação de 235 empregos diretos, como também a geração de 180 empregos indiretos.

4.4.2 Longevidade

O tempo de permanência está diretamente relacionado ao planejamento constante da organização. De acordo com SEBRAE (2014), um grande fator que tende a aumentar as chances de sucesso de determinado estabelecimento está centrado em maior tempo de

planejamento que permitirá que se conheça melhor o mercado antes mesmo de iniciar suas atividades. Além disso, tendem a sobreviver mais no mercado as organizações que, com frequência, costumam aperfeiçoar seus produtos e serviços, atualiza-se às tecnologias, investir em capacitação e inovar em processos e procedimentos e diferenciar-se no mercado também é considerado como um fator de sobrevivência para as organizações (SEBRAE 2014). Em **relação ao tempo de permanência dos estabelecimentos turísticos**, de acordo a visão dos gestores e representantes da rede, este indicador encontra-se potencialmente sustentável.

4.4.3 Disponibilidade de funcionamento

Com o objetivo de atender a demanda e gerar renda para os empreendimentos e para a população local, os estabelecimentos turísticos devem ter disponibilidade de funcionamento, ou seja, **funcionar nos finais de semana e feriados em quantidades suficientes**. De acordo com os dados primários este indicador se apresenta sustentável uma vez que todos os gestores da rede concordam que os estabelecimentos turísticos funcionam nos finais de semana e feriados.

Figura 4.6: Folders de divulgação de pacotes turísticos
Fonte: Tucum (2015)

Como se pode observar na figura 4.6, há pacotes turísticos para funcionamento periódico dos estabelecimentos turísticos nas comunidades que abrange a rede.

4.4.4 Investimentos em turismo

Para desenvolver a atividade turística em uma região é de suma importância que aconteçam **investimentos em turismo**, melhorando assim sua infraestrutura básica como: estradas, saneamento, iluminação, segurança, entre outros. De acordo com os gestores da rede, os investimentos em infraestrutura para atividade turística na região que abrange a rede são quase inexistentes. Por isso, reconhece que este indicador se encontra parcialmente insustentável. O resultado deste indicador corrobora com Vasconcelos e Coriolano (2008) quando afirmam que no contexto do turismo litorâneo do Ceará as políticas públicas oferecem o mínimo necessário ao seu desenvolvimento com investimentos em infraestrutura turística e urbana.

O que pode ser observado na figura 4.7, é a presença de campanhas de financiamento coletivo realizada pela própria rede Tucum para eventos nas comunidades.

Figura 4.7: Campanha e recompensa de financiamento de encontro



Fonte: Tucum (2015)

Através de doações, a rede tem como objetivo arrecadar quantias em dinheiro para a realização de encontros, em contra partida é oferecido, diversas recompensas para diferentes doações, que vão desde peças de artesanato até a possibilidade de viajar para comunidades da Rede Tucum.

Quanto à **existência de iniciativas que favorecem o surgimento de novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos**, este indicador tem por objetivo analisar se há na região que abrange a rede existem incentivos que favoreçam o surgimento de

novos empreendimentos turísticos. Segundo Casimiro (2002), o segmento do turismo vem se desenvolvendo diferentemente em cada região do país, e este apresenta melhor desempenho em regiões onde o segmento se encontra mais estruturado ou recebendo maior quantidade de incentivos para sua estruturação. Embora haja divergência de opiniões por parte dos gestores para este indicador, 50% dos gestores discordaram negativamente, e por isso, este foi considerado parcialmente insustentável.

4.5 Gestão com Responsabilidade Socioambiental

Buscou-se com estes indicadores, analisar se a organização pesquisada contempla em seu planejamento e em sua gestão os aspectos relacionados com a responsabilidade socioambiental. Para isso os indicadores foram agrupados em duas categorias, onde a primeira se refere ao planejamento e as estratégias socioambientais, já a segunda contém indicadores relacionados com a gestão e responsabilidade socioambiental.

4.5.1 Planejamento e Estratégias Socioambientais

Acredita-se que no turismo deve-se planejar e valorizar um espaço público/natural, conservando-o de tal modo que as obras turísticas afetem o meio ambiente o mínimo possível. Marujo e Carvalho (2010) reconhecem que se a atividade turística não for bem planejada, ela pode provocar a degradação da natureza, conflitos sociais, desorganização do setor empresarial e como consequência prejudicar o ciclo de vida dos destinos turísticos, por tanto, o planejamento do turismo sustentável a nível regional deve considerar a participação de todos envolvidos. Este descritor tem por objetivo identificar quais ações são efetivadas quanto às questões relacionadas à incorporação dos preceitos socioambientais no planejamento da Rede.

Quadro 4.5 - Resultados planejamento e estratégias socioambientais – dados primários

Descritor		Nível de discordância/concordância dos gestores				
		DT	DP	N	CP	CT
Planejamento e Estratégias Socioambientais	Existência de plano de gestão ambiental definido.		25%		75%	
	Existência de plano de gestão dos resíduos produzidos.	25%	50%	25%		
	Existência de metas a curto, médio e longo prazo de forma sustentável.		25%		75%	
	Incorporação de questões				25%	75%

	socioambientais no planejamento estratégico.					
	Desenvolvimento de estratégias e políticas para a proteção do meio ambiente				50%	50%
	Compromisso socioambiental nas estratégias da rede.					100%

Fonte: Coleta de dados (2015)

O planejamento turístico de forma sustentável visa promover melhorias econômica, social e ambiental para a localidade envolvida e assim minimizar os impactos ambientais e sociais. Para Ruschmann (1997), o planejamento turístico tem como finalidade ordenar as ações do homem sobre espaços destinados a prática do turismo e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos no meio ambiente.

Considerando tais informações, este descritor tem por objetivo identificar quais ações são efetivadas quanto as questões relacionadas a incorporação dos preceitos socioambientais no planejamento da rede. No que se refere **à existência de um plano de gestão ambiental**, três gestores concordaram na existência do mesmo. É através desse plano que se obtém a conquista da qualidade ambiental desejada a fim de reduzir os impactos negativos da atuação sobre o meio ambiente e melhorar o gerenciamento dos riscos. Para Kraemer (2004), Os instrumentos de gestão ambiental objetivam melhorar a qualidade ambiental e o processo decisório e são aplicados a todas as fases dos empreendimentos e podem ser: preventivos, corretivos, de remediação e pró-ativos, dependendo da fase em que são implementados.

Para o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos foi sancionada a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (lei 12.305/2010) considerando as dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e sociais, tendo como premissa o desenvolvimento sustentável. PNRS (2010) reúne um conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo governo em regime de cooperação entre as diferentes esferas do poder público, setor empresarial e demais segmentos da sociedade visando a gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. A fim de minimizar os impactos gerados pela atividade turística, faz-se necessário o uso de Plano de gestão de resíduos sólidos. Entretanto esta prática não é percebida na rede Tucum, haja vista que, segundo os gestores, não se tem um **Plano de gestão** ou programa efetivamente realizado **para minimizar os resíduos sólidos** gerados pelos moradores e turistas na região que abrange a rede.

No entanto três gestores entrevistados concordaram com a **Existência de metas a curto, médio e longo prazo de forma sustentável**. Para um dos gestores, a rede tem como meta, o fortalecimento do turismo comunitário a fim de melhorar a qualidade de vida das famílias e complementar suas rendas.

“A sustentabilidade socioambiental deixou de ser uma função exclusiva de proteção para tornar-se, também, uma função estratégica” (TACHIZAWA E POZO, 2010, p. 62). Deste modo, Todos os gestores entrevistados concordaram que existe a **Incorporação de questões socioambientais no planejamento estratégico da rede**, como também todos concordaram que a rede desenvolve **Estratégias e políticas para a proteção do meio ambiente**, de acordo com um dos gestores pode-se considerar como estratégias, campanhas educativas realizadas pela rede, mutirão de limpeza de praia, participação nos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente, lutas em defesa do território e outras de acordo com a realidade de cada comunidade. Todos os gestores concordaram totalmente que a rede possui **Compromisso socioambiental nas estratégias da rede** com práticas socioambientais para diminuir os impactos de seus serviços, processos e instalações.

Tachizawa e Pozo, (2010), relatam que ênfases de estratégias ambientais e sociais são distintas e variam em função do tipo de organização. Os autores ainda consideram como estratégias socioambientais a adoção de práticas ambientais e sociais, onde as primeiras incluem: a redução do uso de energia e água; controle, recuperação e reciclagem de resíduos; redução no uso de matérias-primas, e expansão de investimentos de controle ambiental em geral. Tais estratégias ambientais são complementadas por estratégias sociais voltadas a implementação de projetos sociais voltados à comunidade local.

No que tange aos aspectos e as estratégias socioambientais corporativas todos os gestores da rede concordaram de forma positiva que tem como objetivo assegurar melhor qualidade de vida à população local e ao mesmo tempo garantir a preservação dos recursos naturais. Além do desenvolvimento, através da geração de emprego e renda.

4.5.2 Gestão Socioambiental

Através da gestão socioambiental se objetiva assegurar melhor qualidade de vida à população e garantir a preservação dos recursos naturais, isto é, que esses recursos permaneçam aproveitáveis hoje e no futuro, para as próximas gerações.

Quadro 4.6 – Resultados da gestão socioambiental

Descritor		Nível de discordância/concordância dos gestores				
		DT	DP	N	CP	CT
Gestão Socioambiental	Existência de instalações e estruturas de minimização dos impactos do turismo.		50%	25%	25%	
	Existência de Área/profissional com função específica na área socioambiental.	25%			75%	
	Existência de programas direcionados a orientar os visitantes quanto às questões social e/ou ambiental.				25%	75%
	Adoção de práticas e/ou políticas que contribuam para erradicação do trabalho escravo ou trabalho infantil.					100%

Quadro: Coleta de dados (2015)

Mourão e Pedro (2012) afirmam que uma edificação sustentável, deve começar antes mesmo da construção, com a escolha de materiais menos agressivos, duráveis e que exijam o mínimo de impacto possível para sua obtenção, utilização de materiais reciclados. Para os autores é necessário analisar e fazer estudos do impacto ambiental da construção, elaborar programas de gestão dos resíduos que serão gerados e melhor forma de utilização do material, além disso, aproveitar ao máximo possível dos recursos naturais disponíveis (como ventilação e luminosidade natural) e assim promover a redução do consumo de energia e água através do reuso e implantação de formas alternativas de energia como a energia solar. Os gestores divergiram em suas respostas quanto a existência de **instalações e estruturas de minimização dos impactos do turismo** nas comunidades que abrange a rede. Contudo, um gestor afirma que é feito apenas um trabalho de sensibilização e orientação sobre os cuidados com o meio ambiente e a sustentabilidade local.

Outro ponto focado no questionário foi em relação aos responsáveis pela tomada de decisões, a fim de identificar se existe **alguma área ou profissional com função específica na área socioambiental**, visando identificar se algum gestor que está à frente das decisões é capacitado e especializado na área socioambiental, se possui experiência na área e se mantém atualizado. 75% dos gestores concordaram que existe profissional na área, porém não foi citado cargo ou quantidade de profissional.

A educação ambiental aliada à equidade social e a importância da preservação cultural contribuem para o desenvolvimento local sustentável, pois quanto mais consciente for a população e os turistas a respeito das questões socioambientais, a mudança na percepção e forma de agir será mais evidente. Deste modo, buscou-se identificar a **existência de**

programas direcionados a orientar os visitantes quanto às questões social e/ou ambiental. Com isso, todos os gestores concordaram de forma positiva. Constatou-se que para orientar os visitantes da comunidade da Prainha do Canto Verde, os organizadores da atividade turística, desenvolveram um Código de Conduta (Quadro 4.7), informando aos turistas como agir diante de situações e rotinas da comunidade.

Quadro 4.7 - Código de conduta da Prainha do Canto Verde

Código de conduta
<ul style="list-style-type: none"> • A maioria dos moradores da vila respeita os seus vizinhos e os visitantes e esperam reciprocidade dos visitantes. • As crianças são cheias de curiosidade e gostam de interagir, zela por eles como se fossem os seus filhos. • A maioria dos moradores não tem nada contra fotografias, mas é bom pedir licença, não precisa pagar. • Não prometa coisas que provavelmente não vai fazer, como enviar fotos depois. • Trilhas ecológicas máximo 6 pessoas de uma vez. • Top less só no quarto, na praia não. • Entrar nas casas das famílias, só se for convidado. • A gente dorme muito cedo para levantar com o nascer do sol, ou antes, barulho e música alta depois das 21 horas levam a reclamações. • Não ofereça dinheiro para os moradores, e muito menos se alguém solicitar. A escola e as organizações comunitárias fazem de tudo para melhorar a qualidade de vida. Se quiser doar dinheiro, material ou serviços para algum projeto, por favor, entre em contato com diretores da escola ou da associação dos moradores. • Se quer ser um amigo (a) da comunidade deixa o seu endereço e receberá notícias da comunidade. • Uma turma de alunos da escola está trabalhando para conscientizar o povo de manter a praia limpa, por favor, colabore também, a natureza agradece. • Um grupo grande da comunidade vem resistindo aos especuladores de terra desde 1978 para garantir a terra para os filhos da comunidade, o processo 154 chegou até o Superior Tribunal de Justiça em Brasília. Mostre para os moradores que Você apoia a luta deles para preservar a Prainha do Canto Verde para as futuras gerações - venda de terrenos da união é crime federal. • Por favor, nos avise se tem alguma coisa que não gosta para que possamos corrigir as nossas falhas e melhorar cada vez mais. Para que a Prainha do Canto Verde seja cada vez mais bonita para se morar e visitar. • Agradecimentos: Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde, Conselho de Educação da Escola Bom Jesus dos Navegantes.

Fonte: Prainha do Canto Verde (2015)

O código apresenta uma série de normas que podem orientar os turistas como se comportar durante sua passagem pela comunidade, entre as normas destacam-se: As crianças são cheias de curiosidade e gostam de interagir, zela por eles como se fossem os seus filhos; Trilhas ecológicas máximo 6 pessoas de uma vez; Uma turma de alunos da escola está trabalhando para conscientizar o povo de manter a praia limpa, por favor, colabore também, a natureza agradece. Com isso, busca mostrar ao público o que se espera de todos os envolvidos durante o período de estadia.

Todos os gestores concordaram totalmente que na região que abrange a rede há **Adoção de práticas e/ou políticas que contribuam para erradicação do trabalho escravo ou trabalho infantil**. Um gestor afirma que para que isso ocorra há ocupação saudável das crianças e adolescentes, de modo que há parcerias em campanhas educativas junto ao Conselho da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, CRAS e CREAS nos municípios.

4.6 Síntese dos resultados

Em suma, as dimensões apresentam os seguintes resultados quanto ao número de indicadores sustentáveis ou insustentáveis apresentados no quadro abaixo:

Quadro 4.8: Resultado das dimensões

Dimensão	Insustentáveis	Sustentáveis
Ambiental	4	5
Cultural	—	2
Social	—	2
Econômica	2	3
Planejamento e Gestão socioambiental	2	8
Total	8	20

Fonte: Coleta de dados (2015)

De acordo com os resultados na visão dos gestores, levando em consideração as 4 dimensões da sustentabilidade e a análise da gestão socioambiental, o nível de sustentabilidade da atividade turística da rede Tucum encontra-se potencialmente sustentável, pois dos vinte e oito indicadores analisados vinte foram considerados sustentáveis ou potencialmente sustentáveis e oito foram considerados parcialmente insustentáveis, obtendo assim, um valor aproximado de 72% de sustentabilidade.

De acordo os resultados das dimensões apresentadas no quadro 4.8, observa-se que a dimensão ambiental apresenta-se contribuindo mais negativamente para a sustentabilidade da atividade turística, dos 09 indicadores analisados, 4 indicadores foram classificados como insustentáveis. Este resultado denota que o turismo desenvolvido na rede, tem diversos desafios e necessita de investimentos e melhorias, principalmente no planejamento e gestão de resíduos sólidos.

Vale destacar as dimensões cultural e social, onde foram classificadas como sustentáveis. Constata-se a valorização cultural através de festividades e de produtos típicos, como alimentação e artesanato. Observa-se a inclusão social de residentes locais nos empreendimentos turísticos, como também a inclusão dos jovens através de capacitações em turismo comunitário.

A partir do apresentado, para a dimensão econômica, observa-se a geração de emprego e renda para a comunidade local, em contrapartida, não há investimentos e nem iniciativas que favoreçam o surgimento de novos empreendimentos ligados a atividade turística nas comunidades que abrange a rede.

Quanto ao planejamento e gestão socioambiental, os gestores concordaram que há o alinhamento das estratégias em consonância com as dimensões da sustentabilidade, contudo é verificada a existência de falhas quanto a execução dos planos voltados as questões ambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Toda e qualquer atividade deve ser planejada a partir dos princípios de sustentabilidade. Sabe-se que as atividades do turismo causam impactos, contudo, se bem gerenciada, pode reduzir os impactos ambientais e trazer benefícios para a localidade, como econômicos e sociais.

Devido a isso, há necessidade em construir indicadores e criar de novas formas para gestão do turismo a fim de buscar alternativas de investimentos e desenvolvimento de políticas públicas que viabilizem a melhoria da qualidade de vida das populações e preservação do meio ambiente para melhor alcançar o desenvolvimento sustentável.

Ao analisar as informações da rede Tucum verificou-se que cada comunidade possui sua autogestão. Verifica-se que foram fatores externos, como o turismo convencional, a

especulação imobiliária, a expulsão dos residentes locais entre outros, que fizeram com que as comunidades da zona costeira do Ceará, se unissem a favor da continuidade das famílias em seu território. A rede Tucum articula-se e obtém apoio de outras redes de maior dimensão e área de abrangência como a REDTURS e a TURISOL, como também de outras instituições Terramar (Brasil) e Associação Tremembé (Itália). Com isso, as comunidades cearenses optaram por desenvolver o turismo local, formando cooperativas e associações comunitárias para melhor organizarem a atividade e conterem o avanço do turismo convencional globalizado em seus territórios.

A rede Tucum é composta por treze comunidades, localizadas na zona costeira do Ceará, formada por agricultores, pescadores, indígenas e cada comunidade possui seu grupo gestor com um coordenador local. A rede desenvolve um conjunto de programas e projetos voltados à preservação da cultura e continuação das famílias nas comunidades.

Embasado em tais considerações, o objetivo desta pesquisa foi o de analisar a gestão socioambiental na rede de Turismo Comunitário – CE, através do uso de indicadores sustentáveis para o turismo.

Para atendê-lo, foi selecionado como metodologia o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Turismo (SISDTur) por abranger as dimensões da sustentabilidade em questão, porém para aplicação dessa metodologia foi necessário realizar uma adaptação nos critérios de análise para adequar a realidade da rede. Como também a inclusão de outras variáveis para aprofundar acerca do planejamento e da gestão socioambiental.

Pode-se constatar que a rede vem desenvolvendo as atividades turísticas de forma participativa e comunitária, tais como, hospedagem domiciliar, pousadas, restaurantes, passeios e trilhas ecológicas. Constata-se ainda a continuação dos meios de subsistência tradicionais, baseados na agricultura familiar, na pesca e no artesanato. Logo, pode-se observar a incorporação do turismo às atividades tradicionais com a finalidade de produzir recorrentes benefícios econômicos à comunidade.

Das dimensões da sustentabilidade analisadas, duas se encontram em situação plausível para o desenvolvimento sustentável do turismo que é a dimensão cultural e a dimensão social. Outras duas dimensões merece atenção para atingir o desenvolvimento sustentável do turismo como as dimensões: ambiental e econômica.

Através dos indicadores de sustentabilidade pode-se avaliar se as ações da rede de turismo são condizentes com a literatura. Através do uso de indicadores é possível ter uma imagem completa da organização, onde os indicadores devem representar os vários processos da mesma.

Constata-se que para chegar à sustentabilidade ambiental, na rede ainda faltam práticas de gerenciamento de resíduos sólidos, programas de coleta seletiva, planos de redução de energia elétrica, como também definição de políticas públicas que priorizem a solução de problemas nas diversas dimensões da sustentabilidade.

Assim, identificou-se na pesquisa que a rede TUCUM alinha suas estratégias em consonância com as dimensões da sustentabilidade, no entanto há desafios na implantação e execução de seus planos ambientais. Ou seja, a rede possui estratégias para a proteção do meio ambiente com práticas socioambientais para diminuir os impactos de seus serviços, processos e instalações. Porém essas ações não estão contempladas em um plano operacional efetivo.

É observada a valorização cultural através dos roteiros de visitação que incluem momentos de trocas culturais entre os turistas e população local. No âmbito social é pode-se observar inserção dos residentes locais na atividade turística, através da geração de emprego e criação de programas de capacitação em turismo para adultos e jovens. Portanto, a geração de emprego e renda na atividade turística para a população local influencia de forma positiva para o desenvolvimento nos aspectos social e econômico, pois a capacidade econômica da população é determinada pelas suas atividades e o acesso ao emprego também é uma forma de inclusão social.

A pesquisa mostrou também que apesar das dificuldades enfrentadas pelas comunidades da rede, as mesmas têm unido suas estratégias para continuidade e sobrevivência dos residentes em seus territórios.

Conclui-se que o turismo na rede Tucum tem, em seus princípios, a valorização do meio ambiente, da cultura local, inclusão social e desenvolvimento econômico através da geração de emprego e renda. Com a estruturação da rede constatou-se o fortalecimento das comunidades pela luta e direito da permanência na localidade. Percebe-se, no entanto, que a rede ainda está em processo de construção e com muitos desafios e obstáculos a serem enfrentados. Onde, investimentos precisam ser realizados por parte do poder público para que a rede possa atingir o desenvolvimento em todas as esferas da sustentabilidade.

Vale salientar que o presente trabalho de pesquisa restringe-se a uma amostragem limitada e a um contexto específico, o que implica limitações na generalização analítica dos resultados obtidos. Para estruturar a pesquisa selecionou e adaptou-se um conjunto de indicadores que não fosse muito extenso e não atrapalhasse ou confundisse o entendimento por parte do público-alvo e, tampouco, muito reduzido e que cobrisse todos os aspectos relevantes para a pesquisa. Outro fator limitante foi a dificuldade de acesso a dados mais

aprofundados, devido a distância geográfica e a dificuldade de acesso a tecnologias por parte dos entrevistados.

Recomendam-se estudos futuros a fim de verificar isoladamente como é realizada a gestão socioambiental em cada comunidade que compreende a Rede Tucum como também incluir todos os envolvidos nas ações, e isso inclui a população local, para entender a fundo a realidade de cada comunidade, qual nível de sustentabilidade está presente em suas ações e quais oportunidades de melhorias para que se alcance a sustentabilidade.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações.** São Paulo: Atlas, 2009.

ANJOS, F. A. dos. ANJOS, S. J. G. dos. RADOS, G. J. V. Planejamento e gestão sustentável do turismo: contexto social, métodos e enfoques. In: PHILIPPI, A. Jr; RUSCHMANN, D. V. M. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**, editores – Barueri, SP: Manole, 2010. – (Coleção Ambiental, v9).

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** 13^a ed. rev. E atual. – Campinas: SP – Papirus, 2003. (coleção turismo)

BECKER, Bertha K. **Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil.** Caderno Virtual de Turismo, vol. 1, num. 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo** – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.

BORGES, Cícera Inara Oliveira Sousa. **O Turismo Comunitário em Comunidades Tradicionais na Zona Costeira do Ceará: em foco a experiência da REDE TUCUM.** Fortaleza: (Dissertação de Mestrado) PPGG - UFC, 2011. 140p.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico.** Tradução Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

CASIMIRO FILHO, F. **Contribuições do turismo à economia brasileira.** Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2002.

CERVI, J. L.; CARVALHO, P. G. M. **A Pegada Ecológica: breve panorama do estado das artes do indicador de sustentabilidade no Brasil.** VII Encontro Nacional de Economia Ecológica. Fortaleza. 2007.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica.** 6^a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHOI, HwanSuk Chris; TURK Ercan Sirakaya. Chapter 7 **Sustainability Indicators for Managing Community Tourism.** In M. Budruk, R. Phillips (eds.), *Quality-of-Life Community Indicators for Parks, Recreation and Tourism Management, Social Indicators Research Series 43*, C Springer Science Business Media B.V. 2011

CORDEIRO, J. V. B. M. **Reflexões sobre a avaliação empresarial na era da informação: uma comparação entre a gestão do capital intelectual e o Balanced Scorecard.** Revista da FAE, Curitiba, v.5 n. 2, p. 61–76, maio/ago. 2002.

COSTA, Silvana Medeiros. **A Responsabilidade socioambiental das empresas: uma mudança de valores na política, economia, ciência e educação.** 1. ed. João Pessoa: Ideia, 2010. 134p.

CUNHA, S. K; CUNHA, J. C. **Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo**: uma proposta de modelo sistêmico de medida de impacto do Turismo no desenvolvimento local. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(2), (2005). 110-124.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente** – 1. Ed. – reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. – 2 ed. – 11. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

DUARTE, Luciana Rodrigues Ramos. **Os fundamentos e o fortalecimento do turismo comunitário a partir da rede TUCUM-CE** *Revista Gestão & Desenvolvimento*, 2013.

FERNANDES, K. **Vilarejo resiste com turismo comunitário**. Folha de São Paulo, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, março/abril, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2005

HANAI, Frederico Yuri. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade**: Uma aplicação ao Contexto de Desenvolvimento do Turismo na Região de Bueno Brandão Estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos - Escola de Engenharia de São Carlos, São Paulo, 2009.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Incentivando a Gestão Empresarial Socialmente Responsável. Disponível em www3.ethos.org.br. Acesso em: Mai/2015.

IPEA. **Diagnóstico dos resíduos sólidos urbanos**: relatório de pesquisa. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/121009_relatorio_residuos_solidos_urbanos.pdf> Acesso em: Jul, 2015.

IRVING, M.A.; BURSZTYN, I.; SA NCHO, A.P.; MELO, G.M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, n.18, dez. 2005. p.1-7.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Gestão Ambiental**: um enfoque no desenvolvimento sustentável. 2004. Disponível em: < <http://www.gestipolis.com/canales3/ger/gesamb.htm>>. Acesso em: Nov/2015.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. Impactos socioeconômicos do turismo. **Revista de Administração**, São Paulo V.33, N4,P-30-44, out/dez 1998.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO, Alexandre Neto. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008. – (Série turismo)

MARUJO, M. N; CARVALHO, P. Turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 147-161, 2010.

MENDES, J. M. G. **Dimensões da sustentabilidade**. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, julho/ dezembro 2009.

MILANI, Carlos. **Instrumentos de política ambiental**. Novos cadernos do NAEA, v. 1, n. 1, p.79-109, jun. 1999.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Água, um recurso cada vez mais ameaçado**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em: 03 jun.2015

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo / EBAPE/Núcleo de Turismo**, - 8.ed. Rio de Janeiro : Fundação Getulio Vargas, 2012. 82 p

MONTORO, T. S. (org.). **Cultura do Turismo: desafios e práticas socioambientais**. Brasília: Thesaurus, 2003.

MOURÃO, J; PEDRO, J. B. **Princípios de edificação sustentável**. Lisboa: LNEC, 2012.

NASCIMENTO, L. F; LEMOS A. D. C; MELLO, M. C. A. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**, Porto Alegre, Bookman, 2003.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO **Manual de Municipalização do Turismo**. 2. ed. Brasília: Embratur, 2001.

PRAINHA DO CANTO VERDE. Disponível em: <<http://prainhadocantoverde.org>> Acesso em Set/2015

PERES Jr., M. R.; REZENDE, D.C. **Gestão da sustentabilidade no segmento hoteleiro: estudo dos meios de hospedagem de Monte Verde, MG**. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.234-252, ago. 2011.

PNRS. Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei no. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br> Acesso: Ago 2015.

PHILIPPI, A. Jr; ROMERO M. de A; BRUNA G. C, Uma Introdução à Questão Ambiental. *In* PHILIPPI, A. Jr; ROMERO M. de A; BRUNA G. C (editores) **Curso de Gestão ambiental**, - Barueri, SP: Manole, 2004. – (Coleção Ambiental; 1).

RIBEIRO, Marcelo, Turismo Comunitário: Relações entre anfitriões e convidados. *In* PANOSO A. N.; ANSARAH M. G. R. (Editores). **Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas**. – Barueri, SP: Manole, 2009.

ROSELAND, Mark. **Sustainable community development: integrating environmental, economic, and social objectives**. Progress in Planning 54. 2000, p. 73–132

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente.** Campinas – SP: Papirus, 1997. – (Coleção Turismo)

SANTOS, C. F. O. Ferramenta de avaliação da RSE: o comportamento socioambiental empresarial em arranjos produtivos locais. In: **XI ENGEMA - Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente.** Anais..., Fortaleza, 2009.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SILVEIRA, M. A. T. **Planejamento Territorial e Dinâmica Local: bases para o Turismo Sustentável.** In: Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVEIRA, M. A. T. **Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento. Um foco no Estado do Paraná no Contexto Regional.** Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo, 2002.

SCHARF, Regina. **Manual de negócios sustentáveis.** São Paulo: Amigos da Terra; FGV; GVces, 2004.

SEBRAE-SP. Pesquisa: **Causa Mortis: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros cinco anos de vida.** São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisa> Acesso em Ago/2015

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental** – 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui O. B. de. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TASHIZAWA, Takeshy; POZO, Hamilton; **Gestão de operações socioambientais: estratégias de sustentabilidade na cadeia produtiva das empresas** Patrimônio: Lazer & Turismo, v.7, n. 11 jul.-ago.-set./2010, p. 38-65

TOSUN, Cevat. **Limits to community participation in the tourism development process in developing countries.** Tourism Management 21 (2000) 613-633

TUCUM. Disponível em <<http://www.tucum.org>> Acesso em: nov. 2015.

TURISOL. **Série Turisol de Metodologias do Turismo Comunitário.** Disponível em: <<http://www.turisol.org.br/turismo-comunitario/serie-turisol/>> Acesso em: mai/2015

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de Sustentabilidade.** Uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VASCONCELOS, F. P. L. CORIOLANO; N. M. T. **Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil.** Revista de Gestão Costeira Integrada 8(2): 2008. 259-275.

VEIGA, J. E. da. **Indicadores de sustentabilidade**. Estudos Avançados, v. 24, p. 39-52, 2010.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUCARATO, A. G.; SANSOLO, D. G.; Uso de indicadores na pesquisa em turismo. In: **Anais do IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**. Caxias do Sul: SeminTUR, Julho, 2006.

APÊNDICE
QUESTIONÁRIO

PERFIL SOCIAL																																			
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: left; padding: 2px;">SEXO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="width: 20%;"></td> <td style="padding: 2px;">Masculino</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Feminino</td> </tr> </tbody> </table>	SEXO			Masculino		Feminino	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: left; padding: 2px;">IDADE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="width: 20%;"></td> <td style="padding: 2px;"></td> </tr> </tbody> </table>	IDADE																											
SEXO																																			
	Masculino																																		
	Feminino																																		
IDADE																																			
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: left; padding: 2px;">ESCOLARIDADE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="width: 20%;"></td> <td style="padding: 2px;">Fundamental incompleto</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Fundamental completo</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Médio incompleto</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Médio completo</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Superior incompleto</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Superior Completo</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Pós-Graduação (MBA, Mestrado, Doutorado)</td> </tr> </tbody> </table>	ESCOLARIDADE			Fundamental incompleto		Fundamental completo		Médio incompleto		Médio completo		Superior incompleto		Superior Completo		Pós-Graduação (MBA, Mestrado, Doutorado)	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2" style="text-align: left; padding: 2px;">RENDA FAMILIAR</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="width: 20%;"></td> <td style="padding: 2px;">Até R\$ 788</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Até R\$ 1.576</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Até R\$ 2.364</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Até R\$ 3.152</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Até R\$ 3.940</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Até R\$ 4.728</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Até R\$ 5.516</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="padding: 2px;">Mais de R\$ 5.516</td> </tr> </tbody> </table>	RENDA FAMILIAR			Até R\$ 788		Até R\$ 1.576		Até R\$ 2.364		Até R\$ 3.152		Até R\$ 3.940		Até R\$ 4.728		Até R\$ 5.516		Mais de R\$ 5.516
ESCOLARIDADE																																			
	Fundamental incompleto																																		
	Fundamental completo																																		
	Médio incompleto																																		
	Médio completo																																		
	Superior incompleto																																		
	Superior Completo																																		
	Pós-Graduação (MBA, Mestrado, Doutorado)																																		
RENDA FAMILIAR																																			
	Até R\$ 788																																		
	Até R\$ 1.576																																		
	Até R\$ 2.364																																		
	Até R\$ 3.152																																		
	Até R\$ 3.940																																		
	Até R\$ 4.728																																		
	Até R\$ 5.516																																		
	Mais de R\$ 5.516																																		

PARTE I - Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo

DT - Discordo Totalmente; DP - Discordo Parcialmente; N – Neutro; CP - Concordo Parcialmente; CT - Concordo Totalmente.

DIMENSÃO AMBIENTAL					
INDICADORES	DT	DP	N	CP	CT
Existe programa de redução do consumo, desperdício e reuso de água na região que abrange a rede.					
Existe monitoramento para verificar a qualidade da água.					
Existe programa de redução da quantidade de resíduos sólidos na rede.					
Existe coleta seletiva de resíduos sólidos e processo de reciclagem.					
Existe uma boa quantidade de resíduos sólidos reciclados.					
Existe programa de redução do consumo de energia.					
Existe utilização de energia renovável pelos empreendimentos que abrange rede.					

Existe processo de tratamento de esgotos.					
Existem áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação.					
DIMENSÃO CULTURAL					
INDICADORES					
Existe grande quantidade de produtos típicos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenirs) de modo a contribuir para o aumento da economia local.					
Existe grande quantidade de eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais, religiosas típicas realizadas pelas comunidades.					
DIMENSÃO SOCIAL					
INDICADORES					
Existe um número considerável de residentes locais empregados nos estabelecimentos do destino turístico.					
Existem residentes locais com capacitação em turismo.					
DIMENSÃO ECONÔMICA					
INDICADORES					
A atividade turística gera emprego e renda para a população local.					
Os estabelecimentos turísticos existem a um bom tempo de permanência (Longevidade).					
Os estabelecimentos turísticos funcionam periodicamente, incluindo finais de semana e feriados.					
Os investimentos anuais em turismo são equilibrados e atendem ao aumento da demanda.					
Existem iniciativas que favorecem o surgimento de novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos.					

PARTE II - Gestão e Responsabilidade Socioambiental

DT - Discordo Totalmente; DP - Discordo Parcialmente; N – Neutro; CP - Concordo Parcialmente; CT - Concordo Totalmente.

DESCRITORES	DT	DP	N	CP	CT
Existência de plano de gestão ambiental definido.					
Existência de plano de gestão dos resíduos produzidos.					
Existência de metas a curto, médio e longo prazo de forma sustentável.					
Incorporação de questões socioambientais no planejamento estratégico.					
Desenvolvimento de estratégias e políticas para a proteção do meio ambiente					
Compromisso socioambiental nas estratégias da rede.					
GESTÃO SOCIOAMBIENTAL					
DESCRITOR	DT	DP	N	CP	CT
Existência de instalações e estruturas de minimização dos impactos do turismo.					
Existência de Área/profissional com função específica na área socioambiental.					
Existência de programas direcionados a orientar os visitantes quanto às questões social e/ou ambiental.					
Adoção de práticas e/ou políticas que contribuam para erradicação do trabalho escravo ou trabalho infantil.					